

A Transição Demográfica e as Políticas Públicas no Brasil:

Crescimento Demográfico, Transição da Estrutura Etária e Migrações Internacionais

*Fausto Brito
José Alberto Magno de Carvalho
Rosana Baeninger
Cássio Maldonado Turra
Bernardo Lanza Queiroz*

*Coordenador
Fausto Brito*

Belo Horizonte
Março, 2007



SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	iv
1 Referência Teórica: A Economia da Transição Demográfica e as Políticas Públicas.....	01
2 Crescimento Demográfico e Mudanças na Estrutura Etária: As Especificidades da Transição Demográfica no Brasil.....	08
3 Transição da Estrutura Etária e Políticas Públicas.....	20
3.1 Redução do Peso Relativo da População Jovem e as Políticas Públicas.....	20
3.2 Aumento da Proporção de Idosos e as Políticas Públicas.....	28
3.3 O Crescimento da População em Idade Ativa e as Políticas Públicas.....	36
3.4 As Relações Intergeracionais e as Políticas Públicas.....	39
4 Migrações Internacionais: Subsídios para Políticas, Governabilidade e Desafios.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório está baseado no anterior, já encaminhado ao CGEE, “A transição da população no Brasil: oportunidades e desafios para as políticas públicas”, com seu longo capítulo final sobre as migrações internacionais. Conforme foi mencionado, ele conteria os dados para fundamentar as sugestões de políticas públicas relacionadas ao crescimento demográfico, à transição da estrutura etária e às migrações internacionais.

1) Haveria um acréscimo de 90 milhões de habitantes à população brasileira nessa primeira metade do século XXI. O equivalente a 2,5 vezes a população da Argentina em 2005. Ou seja, 18 milhões de habitantes por década, em média. Não se trata de se assombrar com a possibilidade de uma explosão demográfica, mas o crescimento demográfico ainda assim será expressivo.

Neste intervalo, entre uma taxa de fecundidade total de 2.1, em média, em 2005, nível de reposição da população, e o crescimento zero teremos entre quarenta e cinquenta anos de crescimento populacional. Esta é a primeira grande questão demográfica a ser considerada na perspectiva da formulação de políticas. Os demógrafos costumam considerar meio século curto prazo, mas do ponto de vista da formulação de políticas é uma eternidade.

Entre os nascidos nesse período, 30%, seriam pertencentes ao segmento mais pobre da população, ou seja, com menos de meio salário mínimo de renda familiar per capita. E se são acrescentados aqueles nascidos de família com renda inferior a um salário mínimo, chega-se quase a 55%. Mesmo levando em conta as imperfeições do exercício, não seria difícil imaginar que a grande maioria dos nascidos serão de famílias pobres.

2) Como a transição demográfica no Brasil tem sido mais acelerada, nesses seus primeiros momentos, mais do que foi nos países desenvolvidos, os seus reflexos já

estão sendo percebidos pela sociedade brasileira. Há um aumento do peso relativo dos idosos, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado significativamente e a população em idade ativa ainda permanecerá crescendo nas próximas décadas. Pode-se considerar que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas fundamentais.

Entretanto, ainda que a transição demográfica seja acelerada e generalizada no Brasil, não se pode deixar de considerar que ela ocorre de um modo desigual, tanto entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, se situam em momentos e fases diferentes da transição demográfica.

A transição demográfica tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais, assim como nas diferentes regiões ou unidades da federação. As estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, em 2000, segundo os níveis de renda familiar per capita, eram muito distintas. A pirâmide do subgrupo mais pobre é muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta, e aquela do subgrupo mais rico, à de populações com fecundidade extremamente baixa.

Como a transição demográfica ocorre de maneira desigual segundo as diferenças regionais e sociais, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento econômico social brasileiro, convive-se, dentro da mesma sociedade, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica.

3) Do ponto de vista estritamente demográfico, a pressão pelos serviços públicos pertinentes às essas faixas etárias jovens, como a educação, saúde e nutrição, ainda se manterá pelas próximas décadas. A situação se mostra favorável para as políticas

públicas, menos pelo estoque da população a ser atendida do que pela redução do seu ritmo de crescimento.

Atualmente, há um consenso quanto à necessidade de políticas que garantam a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. O ensino fundamental, exclusivamente, em nada garante a inclusão social via mercado de trabalho, cujos requisitos para a entrada cada vez se tornam mais rigorosos. O ensino médio assume uma importância fundamental, principalmente o profissionalizante.

O grupo etário que constituiria essa demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre cinco e dezenove anos, só tenderá a decrescer depois de 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, com cerca de 53,5 milhões de pessoas.

O mais importante, do ponto de vista das formulações das políticas públicas, é a distribuição dos jovens segundo o nível de renda per capita das suas famílias. Segundo o censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% dela pertencia às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar per capita. Em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas. Acrescentando os jovens pertencentes às famílias com menos de um salário mínimo per capita a proporção passa para 67%, aproximadamente, 32 milhões de jovens. Apenas cinco por cento dos jovens fazem parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda per capita

Se os jovens devem ser o objetivo fundamental das políticas públicas, com muito mais razões devem ser os jovens pobres. São eles que entrarão, em breve, na população em idade ativa e serão os idosos no futuro. Caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens pobres, o Brasil estará reproduzindo a pobreza. Com o objetivo de justiça social, e levando em conta as relações intergeracionais, os 20 milhões de jovens pobres devem ser o objetivo prioritário das políticas públicas. Eles serão de 22 milhões em 2010. Caso isso não aconteça, o

declínio desigual da fecundidade poderá levar, paradoxalmente, a uma maior desigualdade.

4) Na primeira década deste século entrarão no grupo de idosos 387 mil pessoas ao ano. Entre 2040 e 2050, estima-se, serão acrescentadas mais de um milhão ao ano. As conseqüências para as políticas públicas deste grande aumento da população idosa serão grandes. Serão 13 milhões de idosos em 2010 e 49 milhões em 2050. Na perspectiva de curto prazo, ou seja, nos anos entre 2007 e 2011, serão incorporados aos grupos de idosos cerca de 2.140 mil pessoas, que somadas ao estoque daria, aproximadamente, em 2011, uma população idosa de 13,8 milhões. Na mesma perspectiva, não pode deixar de ser considerado que no final desta década estima-se uma população jovem com 40 milhões de pessoas a mais do que os idosos.

Assim, até 2050, tem que ser equacionados os benefícios para uma população 3,7 vezes maior que a de 2000. O mesmo pode ser dito para as políticas de transferência, previstas constitucionalmente, como o Benefício de Prestação Continuada. O volume de recursos investidos deve ser multiplicado, logicamente, na mesma proporção. No caso do BPC são recursos “puros” de transferência, não envolvem contrapartida da contribuição. No caso do FUNRURAL é semelhante. Ambos envolvem recursos orçamentários, resultantes da política fiscal. Ela tem que ser equacionada para gerar receita para as despesas orçamentárias com as transferências necessárias à seguridade social.

5) O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à PIA cerca de 54 milhões de pessoas. Entretanto, a transição demográfica já trouxe benefícios reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens.

Nessa primeira metade de século a demanda potencial pelo primeiro emprego variará entre 33 a 35 milhões de pessoas. Em outras palavras, mais uma vez os benefícios demográficos para as políticas públicas se darão mais em função da redução dos acréscimos do que dos estoques.

6) Durante a primeira metade do século XXI, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050. Depois de 2040 a idade média da PIA será maior do que a mediana.

O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da população em idade ativa, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa seria a população que, teoricamente, produz, poupa, investe e contribui com impostos e para a previdência. Em outras palavras, o pressuposto é que os jovens e os idosos, provavelmente, consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. E isso, em tese, seria mais verdadeiro quanto mais envelhecida a PIA se torna, pois maior seria a sua capacidade de poupança acumulada. O que não significa, necessariamente, no caso do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo, podendo, em grande parte, se esvaír através do capital financeiro.

7) Os demógrafos têm chamado atenção para o primeiro dividendo demográfico que poderia ser usufruído pela sociedade e pela economia no período entre 2010 e 2030, quando a RDT alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens. Em outras palavras, para cada 100 pessoas em idade ativa, haveria apenas cinquenta jovens e idosos, com preponderância dos jovens.

As transferências intergeracionais poderiam ser favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Poderia ser estabelecido um intervalo, onde os dividendos demográficos seriam mais favoráveis: 2000 a 2040, quando a razão de dependência total estaria próxima de 50%. Situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

Entretanto, quando se considera a realidade da sociedade brasileira, onde o número de pessoas desocupadas é ainda muito grande, pode-se pensar numa razão de dependência mais restrita do que a demográfica, quando se consideraria, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. Ela seria, em

porcentagem, 161%, ou seja, para cada cem pessoas ocupadas ter-se-ia 161 não ocupadas.

Levando em conta, a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poderíamos calcular uma outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não-contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes em todos os grupos etários, ter-se-ia 506 não-contribuintes. Uma relação completamente adversa para o sistema de previdência social, mesmo considerando a parte mais pobre da população, dependente das políticas de transferência.

8) As medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de idosos, estão altamente correlacionadas aos níveis de renda *per capita* familiar. A razão de dependência total, no Brasil, dos dois subgrupos populacionais mais pobres, isto é, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, era superior, em 2000, à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior. No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes. Entre os mais ricos, aqueles com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar per capita, havia em torno de 32 pessoas dependentes, uma diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes, em relação aos grupos mais pobres.

9) Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar per capita mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, as “desigualdades demográficas” maiores do que aquelas observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração, as políticas públicas, com o objetivo de justiça social, poderão bem aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados pela transição demográfica.

10) As migrações internacionais requerem atenção especial por parte de estudiosos e formuladores de políticas no Brasil. Essas ações devem contemplar tanto políticas sociais voltadas para este contingente migrante no local de destino e origem, quanto políticas de governabilidade dessas migrações. Trata-se, portanto, de níveis diferenciados de implementação de políticas que considerem os fatores macro e micro dos processos que contribuem e se refletem em fluxos cada vez mais volumosos de emigrantes brasileiros e de imigrantes estrangeiros no Brasil.

A nova etapa da economia mundial aumenta o fluxo de capital e leva consigo o aumento do fluxo de população (Sassen, 1988; Portes, 1996). Países como o Brasil passam a conviver com a saída de sua população e, ao mesmo tempo, receber novos fluxos de migrantes estrangeiros, entrando na rota das migrações internacionais contemporâneas.

As recomendações referentes às migrações internacionais se ancoram, de um lado, em políticas migratórias voltadas para os Direitos Humanos e, do outro lado, nas remessas dos emigrantes como fator positivo para diminuição da pobreza nos países de origem. A questão da soberania nacional está presente nos dois relatórios. É, portanto, na governabilidade das migrações internacionais que este tema deve ser aprofundado para que se contemple de maneira adequada a dimensão institucional e as possíveis “brechas” que este modo de gestão poderá permitir para diminuir as penosas condições dos emigrantes brasileiros.

Os fluxos migratórios de brasileiros para a Europa apresentam características relacionadas aos processos históricos e culturais de formação da sociedade brasileira; os fluxos contemporâneos mais importantes se destinam a Portugal, Itália, Inglaterra e Espanha. Os pontos de origem dessa migração não se concentram apenas no Sudeste, mas englobam cidades das regiões metropolitanas do Sul e Nordeste e cidades médias. Esses fluxos são marcados por migrantes de classe média e tende a se concentrar no trabalho melhor qualificado e nos intercâmbios culturais e educacionais. Apesar das restrições à imigração na Europa, a tendência ao aumento do fluxo até 2022 é bastante previsível, com aumento para os fluxos em direção à Espanha.

Os fluxos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina apresentam aspectos históricos, mas que recentemente passam a se inserir nos deslocamentos vinculados às transformações da economia mundial. No cenário das migrações contemporâneas na América Latina, o Brasil registra desde os anos 70 evasão de população para o Paraguai, sendo que recentemente passou a aumentar a saída de população para a Venezuela e Guiana Francesa. Ao mesmo tempo, o país tem se tornado área de absorção migratória vinda da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

Finalmente, para que se contemple todos os processos advindos da migração internacional de e para o Brasil contemporâneo é preciso considerarmos os migrantes refugiados. O Brasil tem compromissos internacionais assumidos de proteção de refugiados desde 1960 com a ratificação da Convenção de 1951; recentemente assumiu posições favoráveis ao recebimento de refugiados, onde possam ter o reconhecimento e garantias de direitos específicos de acordo com suas necessidades.

1 Referência Teórica: A Economia da Transição Demográfica e as Políticas Públicas

O debate na literatura sobre a relação entre população e crescimento econômico é antigo. No início, a maior preocupação dos cientistas era com relação aos efeitos de mudanças no tamanho da população. Recentemente, com as mudanças na composição e na proporção da população dependente, o debate passou a considerar também os efeitos das mudanças na estrutura etária sobre o crescimento econômico. A primeira formulação sobre os efeitos de mudanças no tamanho da população foi feita por Malthus, em seu trabalho clássico de 1798. O modelo econômico-demográfico de Malthus assume retornos decrescentes na agricultura para cada aumento na força de trabalho. O nível de produtividade é limitado pela natureza já que o modelo assume a não existência de mudanças tecnológicas ou a atuação do governo sobre a economia. No equilíbrio, a força de trabalho se mantém constante e os salários estão no nível considerado de subsistência. Em situações de desequilíbrio, mudanças na fecundidade e mortalidade garantem o retorno da economia ao seu ponto ótimo. Por exemplo, quando os salários sobem acima do nível de subsistência, a consequência imediata é um aumento no tamanho da população (força de trabalho). Para que a população diminua e o equilíbrio de longo prazo seja restabelecido há duas alternativas: ou a população muda seu comportamento reprodutivo (por exemplo, através do aumento da idade ao casamento), reduzindo a fecundidade, ou a miséria resultante dos retornos decrescentes da economia se traduz em um aumento da mortalidade e, como consequência, em uma redução do tamanho da população.

Nos anos 60 e 70, a visão pessimista de Malthus influenciou vários cientistas preocupados com os efeitos negativos das altas taxas de crescimento populacional sobre o desenvolvimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento (ver, por exemplo, Ehrlich 1968). Nesta época, as taxas elevadas de crescimento populacional eram resultado de uma queda acentuada nos níveis de mortalidade e

da manutenção de altos níveis de fecundidade. A transição de mortalidade – isto é, a passagem de altos para baixos níveis de mortalidade – foi conquistada mesmo em contextos de baixo grau de modernização e desenvolvimento econômico, através, principalmente, da importação de tecnologia médica e da adoção de algumas medidas de saúde pública (por exemplo, a vacinação em larga escala). Acreditava-se, no entanto, que a fecundidade dificilmente cairia para níveis considerados ótimos sem um aprofundamento no processo de modernização destes países. Este raciocínio, influenciado pelo modelo de transição demográfica (Notestein 1945), favoreceu a recomendação de políticas de controle de natalidade em vários países do mundo (Caldwell 2006). Mais tarde, as políticas públicas de controle se mostraram desnecessárias na maior parte dos países, já que a transição da fecundidade, favorecida pelos processos de difusão, ocorreu mesmo em populações com baixos níveis de desenvolvimento humano.

A visão pessimista, embora dominante, não representava a visão de todos os cientistas envolvidos neste debate (Bloom, Canning e Sevilla 2003). Alguns autores, influenciados pelo aumento na produção per capita mundial ocorrida na segunda metade do século XX, apesar do elevado ritmo de crescimento populacional, propuseram a tese de que o aumento no tamanho da população poderia trazer benefícios para a economia. Como contraponto ao trabalho de Malthus, Boserup (1981), por exemplo, desenvolveu um modelo econômico que demonstra que, quando o pressuposto de ausência de desenvolvimento tecnológico é relaxado, o crescimento populacional pode ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico. Segundo a autora, o aumento na densidade populacional favorece o desenvolvimento e o uso de métodos agrícolas que induzem a produtividade na agricultura e, portanto, o aumento da produção. Outros autores produziram trabalhos nesta mesma direção, sugerindo que o aumento do tamanho da população favorece o aperfeiçoamento e a difusão de novas tecnologias, necessárias para o desenvolvimento econômico. São bons exemplos, Kuznets (1960) e Simon (1981), e mais recentemente os trabalhos de Edward Glaeser, economista do MIT, sobre produtividade e concentração de mão-de-obra qualificada.

Ao longo do século XX, vários trabalhos tentaram estimar os efeitos do tamanho da população sobre o crescimento econômico. Dentre esses, alguns merecem destaque. As Nações Unidas produziram dois relatórios (1953, 1973) investigando a relação entre tamanho e o crescimento da população e o crescimento econômico. Esses relatórios são considerados os primeiros esforços, desde Malthus, em estudar o problema detalhadamente. O relatório de 1953 mostra tanto efeitos positivos quanto negativos do crescimento populacional sobre a economia. O resultado final depende, segundo aquela Organização, das características socioeconômicas culturais e institucionais de cada país. O relatório de 1973 é mais pessimista se comparado ao de 1953. A conclusão geral é que o rápido crescimento populacional é um peso para as economias em desenvolvimento, apesar das estimativas serem baseadas em evidências incertas. Em 1984, o Banco Mundial também realizou um estudo nesta área. Em algumas partes, o teor do relatório pode ser considerado pessimista. No entanto, a conclusão geral é bastante similar ao do primeiro relatório da ONU: rápidas taxas de crescimento populacional podem ser prejudiciais ao crescimento econômico, mas dependem das condições sociais e econômicas de cada país. Finalmente, em 1986, a National Academy of Sciences realizou um estudo abrangente para examinar a relação entre população e economia, e concluiu que as evidências sobre esta relação são extremamente diversas. A diversidade de resultados apresentados nestes relatórios sugere a dificuldade de se determinar com precisão, empiricamente, a direção e o tamanho dos efeitos do crescimento populacional sobre o econômico. Os resultados também indicam que há um grande número de variáveis envolvidas nesta relação e que o papel do tamanho da população pode ser menor do que o imaginado anteriormente.

Como apontado por Bloom, Canning e Sevilla (2003), por muito tempo, os cientistas ignoraram o papel das mudanças na estrutura etária sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico. Uma exceção que deve ser lembrada é o trabalho de Coale e Hoover sobre a Índia e o México, publicado em 1958. O trabalho dá grande ênfase aos efeitos negativos do aumento da proporção de crianças que ocorreu durante a chamada segunda fase da transição demográfica, marcado pela queda

acentuada na mortalidade infantil e pela manutenção da fecundidade em níveis altos. Neste sentido, Coale e Hoover (1958) dão, ainda que implicitamente, suporte a idéia do controle da natalidade como forma de mudar a estrutura etária, reduzir a proporção de dependentes e induzir o desenvolvimento econômico. Não há no texto, no entanto, uma discussão com relação às conseqüências econômicas das fases seguintes da transição demográfica, marcadas pela queda na fecundidade e, conseqüentemente, por um aumento relativo da população em idade ativa e, em seguida, da população idosa.

Mas é exatamente o processo de envelhecimento populacional, em andamento em quase todo mundo, que tem despertado o debate a respeito do papel de mudanças na composição etária sobre o desenvolvimento econômico. Na década de 90, em um importante artigo, Cutler e colegas (1990) examinaram se uma população envelhecida é um desafio ou um benefício para a sociedade. Os autores mostram tanto do ponto de vista teórico quanto empírico que as mudanças na estrutura etária da população podem trazer benefícios para a economia. Em primeiro lugar, porque o aumento relativo da população em idade ativa reduz as razões de dependência na população e, particularmente, porque promove um crescimento na razão entre produtores e consumidores na economia. Esta mudança, embora transitória, tem efeitos positivos sobre a capacidade da economia de crescer e sobre o potencial de re-distribuição de recursos dos grupos etários produtivos para os dependentes (crianças e idosos). Em segundo lugar, porque a expectativa de um aumento no tempo de vida, principalmente em idades avançadas, favorece um comportamento poupador dos adultos, preocupados em manter seu consumo na velhice, cada vez mais longa. Soma-se a isto, o fato de que os adultos mais velhos detêm maiores volumes de capital produtivo e, portanto, o aumento do tamanho relativo deste grupo está associado a uma maior proporção de poupança na economia. Como a população tende a se estabilizar com uma estrutura etária mais envelhecida, o efeito positivo do envelhecimento sobre as taxas de poupança e, conseqüentemente, sobre o nível de renda na economia, têm caráter mais permanente do que fator apontado anteriormente.

O crescimento econômico potencial decorrente de mudanças na estrutura etária de uma população recebeu o nome de bônus demográfico. Embora, inicialmente, a preocupação tenha sido muito mais medir os efeitos da estrutura etária sobre o crescimento econômico, é evidente que as mudanças na estrutura etária também podem ter efeitos positivos sobre outras dimensões econômicas e sociais e, portanto, são comum análises mais abrangentes, que considerem a relação entre as mudanças na dinâmica populacional e o bem-estar da sociedade. Além disso, há um interesse especial pelos efeitos de mudanças na estrutura etária sobre alguns sistemas particulares, principalmente aqueles cujos beneficiários são de um grupo etário específico. É o caso, por exemplo, de estudos a respeito dos efeitos da queda de fecundidade sobre o tamanho da clientela do sistema de educação pública, vis a vis o aumento da população de contribuintes (Riani, 2005).

Este fenômeno, isto é, a associação entre mudanças na estrutura etária e o desenvolvimento econômico, foi descrito na literatura com expressões variadas. Williamson & Higgins (1997), por exemplo, estudam os efeitos da estrutura etária sobre o crescimento econômico do Leste Asiático e usam o termo *demographic gift*. No final daquele ano, a revista *The Economist* publicou uma reportagem sobre as economias asiáticas, baseada no artigo de Williamson & Higgins e em estudos de Andrew Mason usando o termo *demographic dividend*. A expressão *demographic bonus* ou *demographic dividend* passou a ser amplamente usada a partir de diversos estudos publicados por David Bloom e colegas, principalmente um artigo publicado no livro *Population Matters* de 2001. Um termo semelhante a bônus demográfico foi usado por José Alberto Carvalho e Laura Wong em um influente texto de 1995. Carvalho & Wong (1995) mostram que a queda das taxas de fecundidade no Brasil e a conseqüente mudança nos padrões de estrutura etária podem ter efeitos importantes sobre as políticas públicas e a economia. O termo usado pelos autores é *janela de oportunidades*. Todos estes artigos focaram, principalmente, nos efeitos positivos e temporários do crescimento mais rápido da população em idade ativa em comparação com a população dependente (crianças e idosos).

Mais recentemente, tendo como principal referência o trabalho de Cutler et al. (1990), o dividendo demográfico foi apresentado como uma combinação de dois fenômenos (Mason & Lee, 2006a, 2006b). O primeiro dividendo é relacionado ao aumento temporário da população em idade ativa. Em outras palavras, a força de trabalho cresce em ritmo mais rápido do que a população que depende dela (jovens e idosos) liberando recursos que podem ser investidos na economia e no bem-estar das famílias. Em uma situação de *ceteris paribus*, o aumento da população em idade de trabalho causaria um aumento da renda *per capita*. O segundo dividendo corresponde ao efeito do envelhecimento sobre as taxas de poupança (Cutler et al., 1990): em uma população mais envelhecida, com idade média mais elevada, com período de aposentadoria mais longo, e maior expectativa de sobrevida há um maior incentivo em acumular riqueza (poupança), a menos que a necessidade da população seja coberta com transferências governamentais e/ou cuidados familiares. O investimento dessa riqueza acumulada na economia nacional, e também no exterior, tem o potencial de aumentar o nível de renda dos países.

Em resumo, o primeiro dividendo é um ganho temporário relacionado diretamente com a mudança na estrutura etária. O segundo dividendo tem um efeito potencial duradouro sobre a renda *per capita*. De maneira geral, espera-se que os dividendos ocorram em seqüência com o segundo iniciando-se juntamente com o final do primeiro dividendo. Entretanto, os resultados não são automáticos, já que dependem da aplicação de políticas adequadas e da existência de instituições e mecanismos eficazes. Ou seja, a demografia oferece uma oportunidade, mas não uma garantia das melhorias nas condições de vida. Em seu discurso na assembléia da IUSSP (International Union for the Scientific Study of Population) em 1997, José Alberto Magno de Carvalho chamou atenção, exatamente, para a necessidade de políticas públicas adequadas para potencializar a janela de oportunidade ou os dividendos demográficos. Em trabalhos mais recentes, Bloom e colegas compartilham da mesma idéia. Para os autores, os dividendos demográficos não são automáticos e dependem de uma série de elementos para serem aproveitados, incluindo o investimento em capital humano, o desenvolvimento de instituições fortes e

mecanismos de poupança e o aumento na capacidade do mercado de absorver mão de obra.

2 Crescimento Demográfico e Mudanças na Estrutura Etária: As Especificidades da Transição Demográfica no Brasil

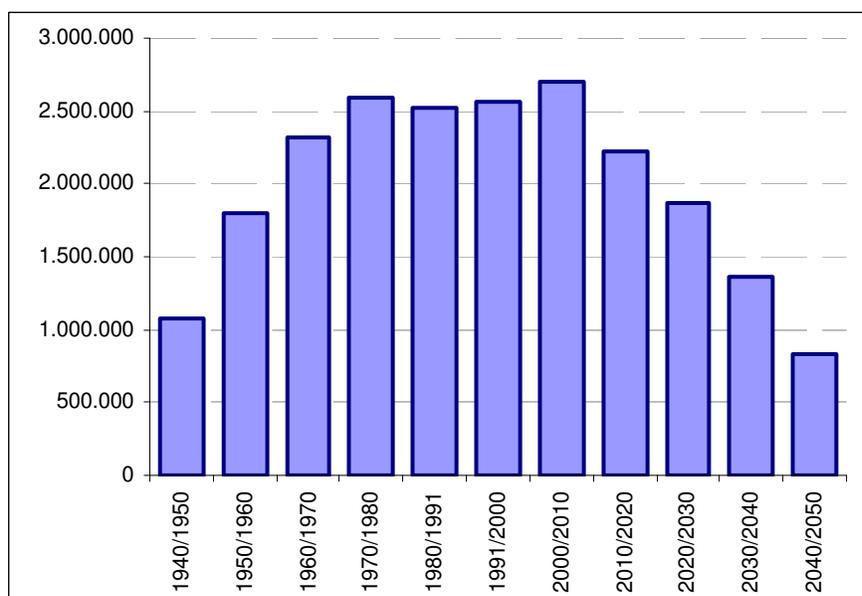
Antes de apontarmos para as mudanças na dinâmica demográfica brasileira, é importante esclarecer o que vem a ser a transição demográfica. Para sua compreensão, ainda que esquemática, há que se levar em conta 3 *momentos* e 4 *fases* fundamentais. Em um primeiro *momento*, passa-se de uma *fase* onde as taxas brutas de natalidade e de mortalidade são altas e, conseqüentemente, o crescimento vegetativo da população é baixo, para uma segunda *fase* onde o nível de mortalidade inicia um processo consistente de queda e a fecundidade se mantém alta. Nesta fase, o ritmo do crescimento natural da população aumenta de maneira sustentada e a estrutura etária é bastante jovem. Esse é o período de mais rápido crescimento demográfico, que só vai se desacelerar a partir do *momento* em que se iniciar o processo de declínio persistente da fecundidade, inaugurando a terceira fase da transição caracterizada por incrementos populacionais a ritmos decrescentes. Nesta terceira fase, há um aumento substantivo da população em idade ativa, como reflexo dos níveis de fecundidade do passado. Finalmente, há um terceiro *momento*, a partir do qual já se encontram baixos os níveis, tanto de fecundidade, quanto de mortalidade, e o crescimento populacional torna-se muito lento, nulo, ou até negativo. Diminui o peso da população em idade ativa e nota-se um envelhecimento significativo da estrutura etária.

No caso brasileiro, as transições de mortalidade e fecundidade já estão adiantadas e estamos passando, atualmente, pela terceira fase da transição demográfica. Sem a transição demográfica, particularmente o acentuado declínio das taxas de fecundidade, a população brasileira seria substancialmente maior do que é hoje. Não obstante, ainda devemos esperar um crescimento expressivo da população brasileira nas próximas décadas, em razão dos efeitos da fecundidade passada sobre a estrutura etária da população. A estrutura etária atual é marcada por uma grande proporção de mulheres em idade reprodutiva, o que favorece o crescimento

populacional a despeito dos baixos níveis de fecundidade atualmente prevalentes. As projeções indicam para 2050 que o tamanho da população brasileira será de 253 milhões de habitantes, a quinta maior população do planeta, abaixo apenas da Índia, China, EUA e Indonésia.

Haveria, então, um acréscimo de 90 milhões de habitantes à população brasileira nessa primeira metade do século XXI. O equivalente a 2,5 vezes a população da Argentina em 2005. Ou seja, 18 milhões de habitantes por década, em média. Não se trata de se assombrar com a possibilidade de uma explosão demográfica, mas o crescimento demográfico ainda sim será expressivo.

Gráfico 1
Incremento médio anual da população total, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Da década de setenta do século passado até esta, que se encerra em 2010, a população brasileira ainda está inserida dentro do seu grande ciclo de crescimento absoluto, quando terá tido acréscimos médios anuais superiores a 2,5 milhões de habitantes. Como mostra o Gráfico 1, na próxima década, esses acréscimos ainda serão superiores a dois milhões.

No entanto, como previsto pelo modelo de transição demográfica, as taxas de crescimento vêm reduzindo neste mesmo período, e espera-se que na última década dessa primeira metade de século, ou seja, entre 2040 e 2050, a taxa seja menor do que 0,5% ao ano e, na década seguinte, próximo de 2063, em torno de zero, segundo as estimativas do IBGE. A revisão das taxas de fecundidade, e de outros indicadores demográficos, realizada pelo IBGE, sugerem que a população brasileira deverá zerar o seu crescimento absoluto entre 2045 e 2055, provavelmente.

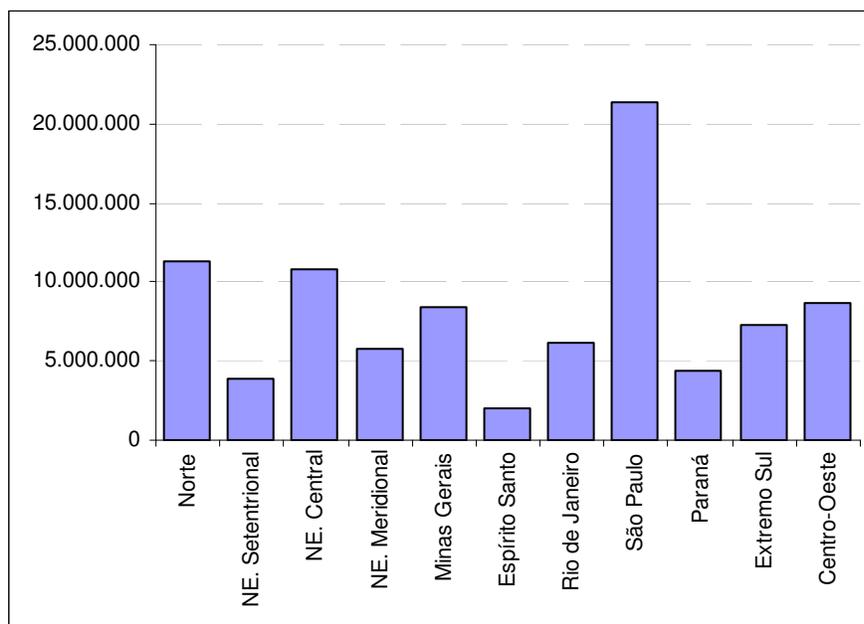
Neste intervalo, entre uma taxa de fecundidade total de 2.1, em média, em 2005, que é considerado o nível de reposição da população, e o crescimento zero, teremos entre quarenta e cinquenta anos de crescimento populacional, em razão dos efeitos da estrutura etária já apontados acima.

Estes resultados nos remetem a uma primeira grande questão demográfica a ser considerada na formulação de políticas. As mudanças demográficas levam décadas para serem processadas, o que, a princípio, é incompatível com a perspectiva temporal dos formuladores de políticas públicas, que normalmente planejam considerando um período muito inferior. Os demógrafos costumam considerar meio século curto prazo, mas do ponto de vista da formulação de políticas meio século é uma eternidade.

A questão do crescimento populacional nas próximas décadas se torna ainda mais complicada quando se observa a localização espacial e a distribuição social da população que será acrescentada à atual. Do ponto de vista espacial, considerando a hipótese que permanecerá a mesma tendência da distribuição até 2020, 23% desta população deverá residir no Estado de São Paulo, cerca de 21,4 milhões de pessoas. As regiões, Norte e Nordeste Central absorverão, provavelmente, 12% cada uma. Estima-se que essas duas regiões e o estado de São Paulo terão em seus territórios, quase 50% dos 90 milhões que serão acrescentados à população brasileira.

Gráfico 2

Distribuição espacial provável da população a ser acrescentada à de 2000, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Do ponto de vista da distribuição da população segundo o tamanho dos municípios, prevalecendo, como hipótese, a distribuição de 2000, 50% da população que será acrescentada, provavelmente, deverá residir nos municípios com mais de 100.000 habitantes, onde os residentes são, na sua quase totalidade urbanos. Seriam cerca de 46 milhões de habitantes a mais, morando dentro dos limites de pouco mais de 4% do território brasileiro.

Tabela 1
População acrescida à de 2000 e área, segundo o tamanho dos municípios, Brasil, 2000-2050
(total absoluto e %)

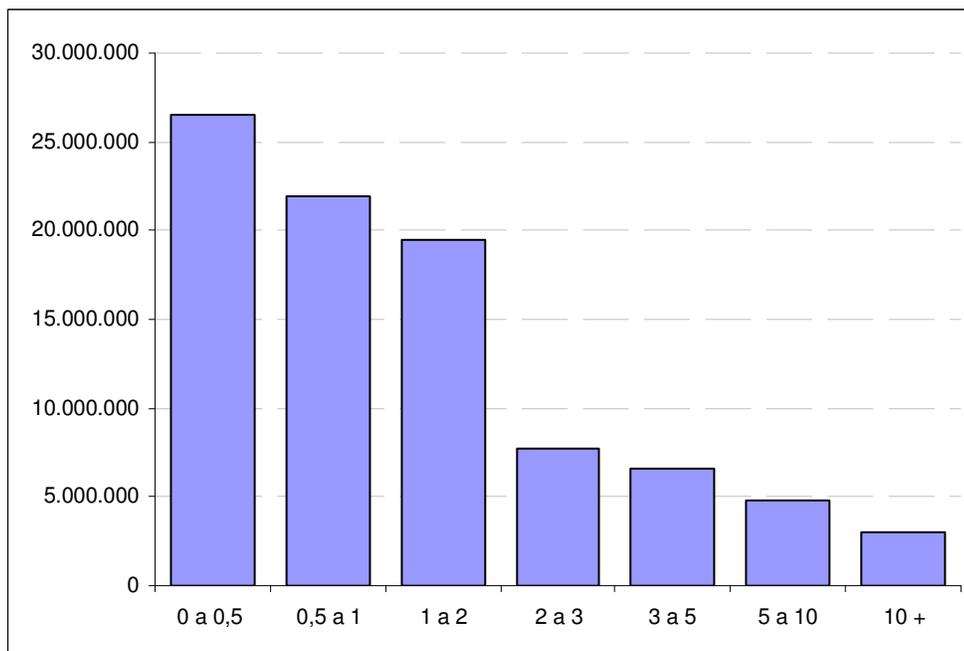
Tamanho dos municípios	População acrescida	%	Área (Km ²)	%
<10.000	7.336.418	8,15	2.041.828	23,93
10 A 20.0000	10.369.795	11,52	2.363.314	27,70
20 A 50.000	15.292.986	16,99	2.832.227	33,20
50 A 100.000	11.117.736	12,35	934.790	10,96
100 A 500.000	20.995.589	23,33	314.077	3,68
>500.000	24.887.476	27,65	45.273	0,53
Total	90.000.000	100,00	8.531.508	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tão importante quanto a distribuição espacial, é a distribuição social. Neste caso, as estimativas são mais difíceis de serem feitas, uma vez que teríamos que considerar, principalmente, a mobilidade social dos indivíduos ao longo do ciclo de vida. De qualquer forma, como um mero exercício, podemos assumir que os nascimentos obedecerão à mesma distribuição proporcional da população segundo a renda familiar e que os diferenciais de fecundidade permaneceriam os mesmos até o final do período analisado.

Gráfico 3

População acrescentada à e 2000, segundo a provável renda *per capita* da família em salários mínimos, Brasil, 2000-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tomando estes pressupostos como verdadeiros, notamos pelo Gráfico 3 que entre os nascidos no período 2000-2050, 30%, seriam pertencentes ao segmento mais pobre da população, ou seja, com menos de meio salário mínimo de renda familiar per capita. Além disso, quase 55% dos nascimentos se darão em famílias com renda inferior a um salário mínimo. Mesmo levando em conta as imperfeições do exercício, não seria difícil imaginar que a grande maioria dos nascidos será de famílias pobres. Portanto, continuaria em pauta a necessidade de políticas visando o estímulo à regulação da fecundidade da população mais pobre. Para se ter o exercício de sua cidadania plena, as mulheres em geral, e as mais pobres, em particular, devem ter acesso às informações e aos meios de regulação da sua fecundidade para que possam decidir, segundo os seus interesses, o número de filhos adequados.

Como visto na discussão sobre os efeitos da dinâmica demográfica sobre o desenvolvimento econômico, não é apenas o tamanho da população que importa, mas também sua composição por idade. Do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados como decisivos para a formulação das políticas públicas no Brasil: a redução do peso relativo da população jovem, o aumento do grau de envelhecimento da população, e o aumento na proporção e no volume da população em idade ativa (PIA) até 2050, ainda que, em termos proporcionais, ela comece a diminuir a partir de 2030. As políticas públicas que se referem, em particular, a segmentos da estrutura etária, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na estrutura etária. Caso isto não aconteça, a eficiência destas políticas ficará comprometida, assim como a realização dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com justiça social.

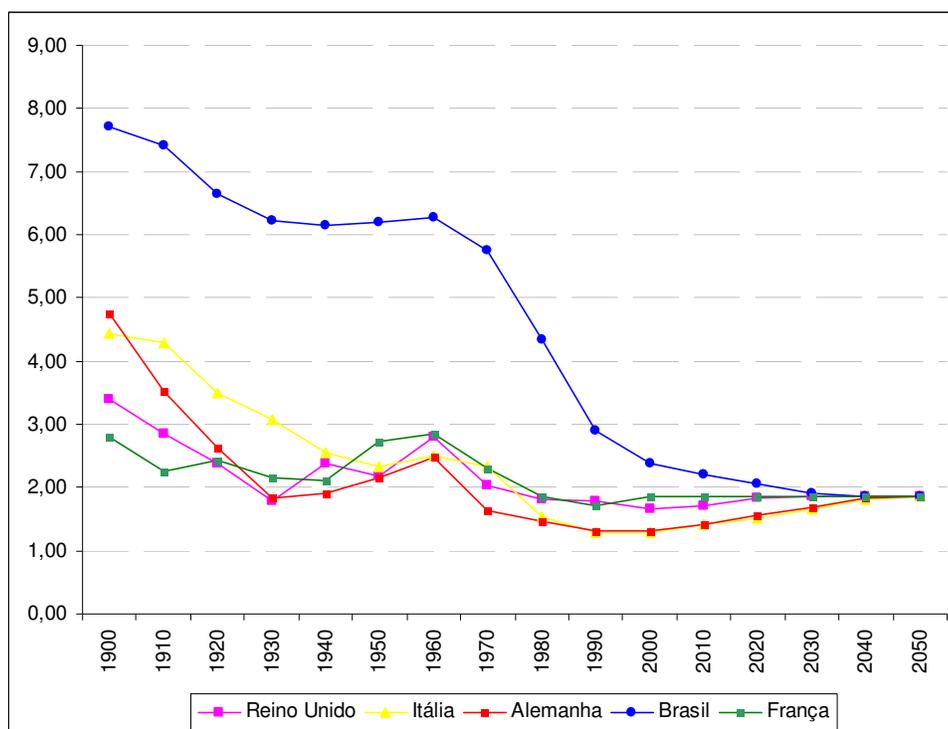
Como a transição demográfica no Brasil tem sido mais acelerada do que foi nos países desenvolvidos, o que fica claro através do Gráfico 4, os seus reflexos estão sendo percebidos pela sociedade brasileira de forma acentuada. Há um aumento do peso relativo dos idosos e as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais mais diversificados. Além disso, a população em idade ativa tem se tornado o grupo etário dominante. Pode-se considerar, portanto, que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste rápido e adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas fundamentais.

Como no caso das mudanças no tamanho da população, um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, se situam em momentos e fases diferentes da transição demográfica.

Considerando as regiões e estados, os casos extremos são o Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados nos seus respectivos momentos da transição

demográfica, com níveis de fecundidade e, conseqüentemente, estruturas etárias diferentes daquelas do Rio de Janeiro, São Paulo e Extremo Sul, estados e região mais avançados na transição demográfica.

Gráfico 4
Taxas de Fecundidade Total, Reino Unido*, Itália, Alemanha, França e Brasil, 1900-2050



Fonte: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision; BACCI, 1999. p.140 e 171; FIBGE, 1990, p.51; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Como essas regiões ou estados são abertos, isto é, sujeitos à migração, a estrutura etária das suas respectivas populações depende, não só do comportamento da fecundidade, mas de suas histórias migratórias. O declínio rápido da fecundidade leva necessariamente, a uma menor proporção de jovens e uma maior proporção de idosos, isto é, a populações mais envelhecidas. Contudo, nos estados ou regiões que recebem muitos imigrantes, sendo esses fundamentalmente jovens, ou em idade ativa, a proporção de idosos tende a ser menor. Por outro lado, nas unidades de federação com forte emigração, a perda de população em idade ativa tende a

umentar a proporção de idosos ainda mais. Enfim, os efeitos combinados do maior ou menor declínio da fecundidade com aquele causado por fortes fluxos imigratórios ou emigratórios explicam a proporção de idosos nos estados ou regiões.

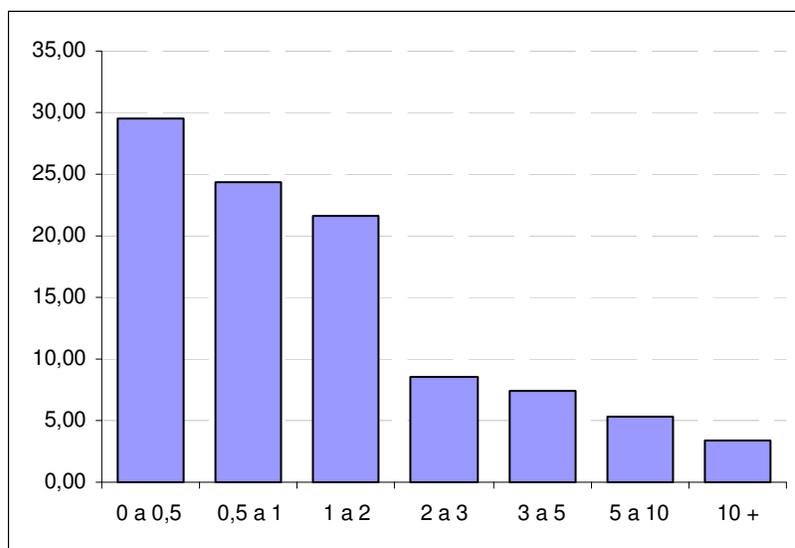
Tabela 2
Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000

Regiões e alguns estados	Grupos etários			Índice de Idosos
	0-14	15-64	65+	
Norte	37,28	59,08	3,64	9,76
NE Setentrional	36,06	58,80	5,14	14,26
NE Central	32,44	61,38	6,18	19,06
NE Meridional	32,20	62,13	5,67	17,61
Minas Gerais	28,38	65,42	6,19	21,82
Espírito Santo	28,70	65,77	5,53	19,26
Rio de Janeiro	25,15	67,40	7,44	29,60
São Paulo	26,31	67,58	6,11	23,22
Paraná	28,73	65,65	5,63	19,59
Extremo Sul	26,79	66,65	6,56	24,50
Centro Oeste	29,93	65,82	4,25	14,21
Brasil	29,78	64,78	5,44	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais. O grau de desigualdade social no Brasil é reconhecidamente alto. O censo de 2000 confirma esse fenômeno. Quase 30% da população brasileira tinha, uma renda familiar per capita de menos de meio salário mínimo. E, mais da metade da população, 54%, se encontrava em famílias com renda per capita menor do que um salário mínimo. Aqueles com uma renda familiar per capita de mais de dez salários mínimos, significavam pouco mais de 3% da população brasileira.

Gráfico 5
Distribuição relativa da população, por renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)

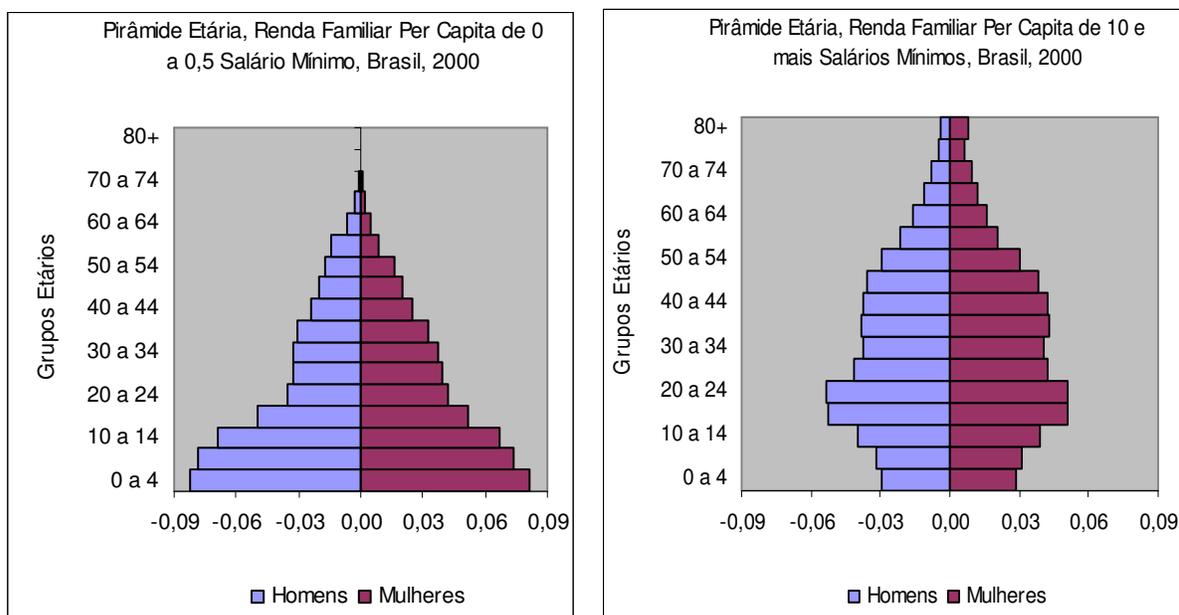


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, as estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, segundo os níveis de renda familiar per capita, eram muito distintas. A pirâmide do subgrupo mais pobre é muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a pirâmide do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa.

Gráfico 6

Pirâmides etárias dos grupos extremos, por faixa de renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tabela 3 Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000

Grupos de renda (em salário mínimos)	Grupos etários			Índice de Idosos
	0-14	15-64	65+	
0 a 0,5	45,16	54,22	0,61	1,36
0,5 a 1	36,69	54,75	8,56	23,33
1 a 2	35,30	57,60	7,10	20,10
2 a 3	32,32	61,55	6,13	18,95
3 a 5	29,52	65,15	5,33	18,07
5 a 10	25,13	69,73	5,14	20,44
10 +	20,02	73,71	6,28	31,35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Essas diferenças na estrutura etária são conseqüência de níveis e padrões de fecundidade distintos para os diferentes grupos sociais. Por exemplo, tomando como indicador da fecundidade, a relação criança-mulher, que é o quociente entre as crianças de zero a quatro anos e a população feminina em idade reprodutiva (aqui considerada, de quinze a trinta e nove anos), nota-se que na camada mais pobre da

população, para cada cem mulheres de 15 a 39 anos havia 68 crianças com idade abaixo de 5 anos. A relação criança-mulher decresce rapidamente nos três grupos seguintes. No nível mais alto de renda, havia apenas 19 crianças para cada 100 mulheres em idade reprodutiva, uma relação criança-mulher 3,6 vezes menor do que aquela constatada no subgrupo mais pobre da população brasileira. Vale lembrar que este indicador reflete também as diferenças de mortalidade por nível socioeconômico, principalmente com o efeito da mortalidade infantil, que é maior entre os mais pobres. Portanto, as diferenças na fecundidade são provavelmente maiores do que as indicadas acima.

Em síntese, como a transição demográfica ocorre de maneira desigual segundo regiões e grupos socioeconômicos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento econômico social brasileiro, convive-se, dentro da mesma sociedade, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica.

3 Transição da Estrutura Etária e Políticas Públicas

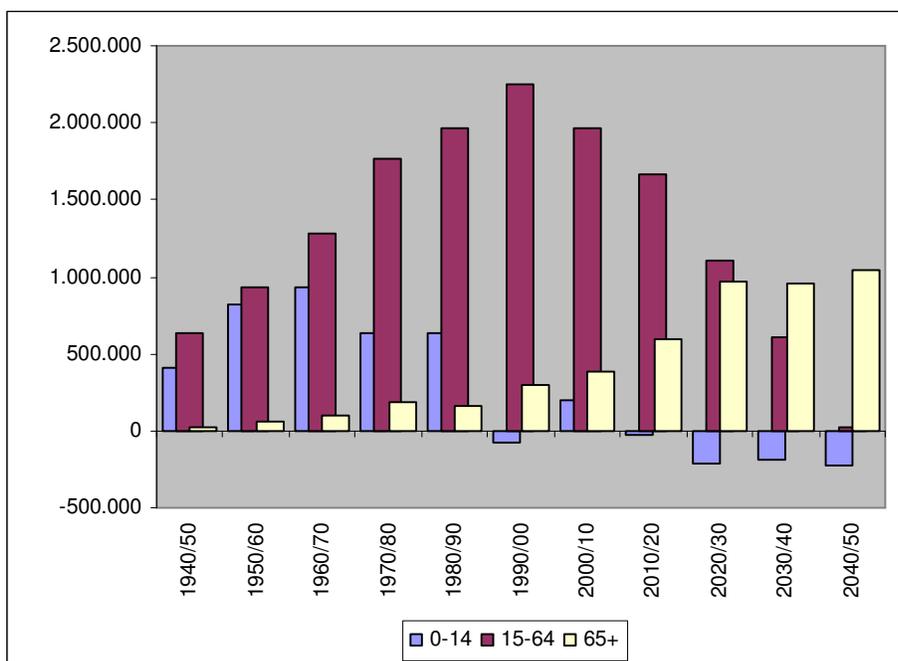
3.1 Redução do Peso Relativo da População Jovem e as Políticas Públicas

O peso relativo da população jovem tem diminuído, em função, principalmente, do declínio acentuado da fecundidade. Essa redução poderia ser ainda maior se não tivesse ocorrido a queda significativa da mortalidade infantil. Entre 1970 e 2000, a mortalidade infantil passou de 115 crianças que morriam, antes de completar um ano de idade, para cada 1000 nascidas vivas, para 30. De qualquer forma, o maior peso da redução da população deve-se ao declínio acelerado das taxas de fecundidade nos últimos anos.

A queda na proporção de jovens acontece em ritmo mais acelerado do que a queda na proporção dos idosos, pois a substituição de jovens por idosos é mediatizada pelo crescimento da população adulta e, logicamente, pode ser potencializada pelo aumento na esperança de vida.

O maior incremento no número absoluto de jovens ocorreu na década de sessenta, declinando posteriormente, com tendência a variações negativas entre 2010 e 2050. O número de idosos, desde 1990, está crescendo a uma velocidade mais rápida do que a dos jovens e, a partir de 2030, será o grupo etário que mais crescerá em termos absolutos.

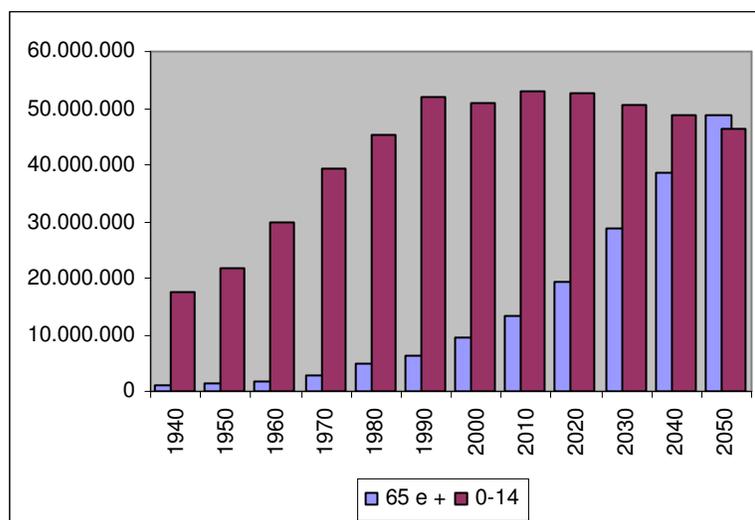
Gráfico 7
Incremento médio anual da população, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Entretanto, a visão exclusiva do decréscimo proporcional dos jovens pode impedir a compreensão da sua importância em termos absolutos, fundamental para a definição das políticas públicas. Em 2010 a população jovem terá o seu maior volume, 53 milhões, dentro de um intervalo, entre 1990 e 2030, no qual ela se manterá acima de 50 milhões.

Gráfico 8
População total jovem e idosa, Brasil, 1940-2050



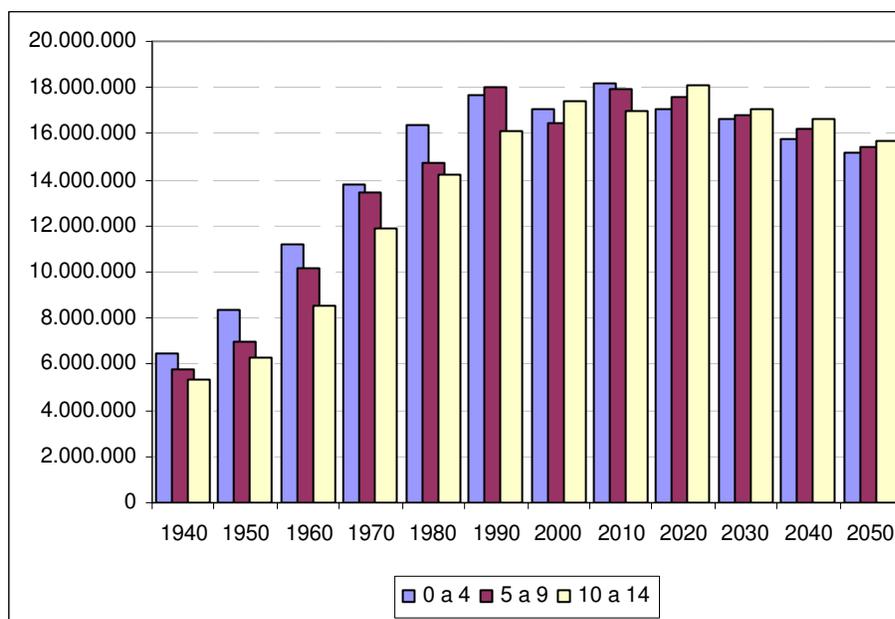
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Decompondo o grupo de jovem em seus três grupos quinqüenais – 0 a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos – na última década do século XX, os dois primeiros grupos já tiveram uma redução no seu tamanho absoluto, o que continuará acontecendo, regularmente, depois de 2010. Nesta década, entre 2000 e 2010, os grupos de 0 a 4 e 5 a 9 ainda estarão crescendo em termos absolutos e o de 10 a 14 continuará crescendo até 2020.

Considerando, em termos absolutos, esses três grupos quinqüenais de jovens, entre 1990 e 2030, se manterão, em termos absolutos, com um tamanho entre 16 e 18 milhões de pessoas. Valores bem superiores, até 2020, pelo menos, aos do início deste século.

Do ponto de vista estritamente demográfico, a pressão pelos serviços públicos pertinentes às essas faixas etárias, jovens, como a educação, saúde e nutrição, ainda se manterá pelas próximas décadas. A situação se mostra favorável para as políticas públicas, menos pelo estoque da população a ser atendida e mais pela redução do seu ritmo de crescimento.

Gráfico 9
População jovem, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Tabela 4
Incremento médio anual da população jovem, segundo grupos etários, Brasil, 1940-2050

Período	Grupos etários			0 a 14
	0 a 4	5 a 9	10 a 14	
1940-50	192.131	125.362	97.167	414.661
1950-60	281.754	314.035	222.673	818.462
1960-70	264.271	330.834	332.451	927.556
1970-80	256.804	127.477	236.661	620.942
1980-90	125.109	331.593	188.307	645.009
1990-00	-55.284	-155.393	131.977	-78.700
2000-10	108.293	140.041	-46.535	201.799
2010-20	-107.471	-34.992	111.589	-30.875
2020-30	-41.616	-69.696	-104.522	-215.835
2030-40	-92.952	-61.327	-39.973	-194.252
2040-50	-56.346	-80.496	-91.854	-228.695

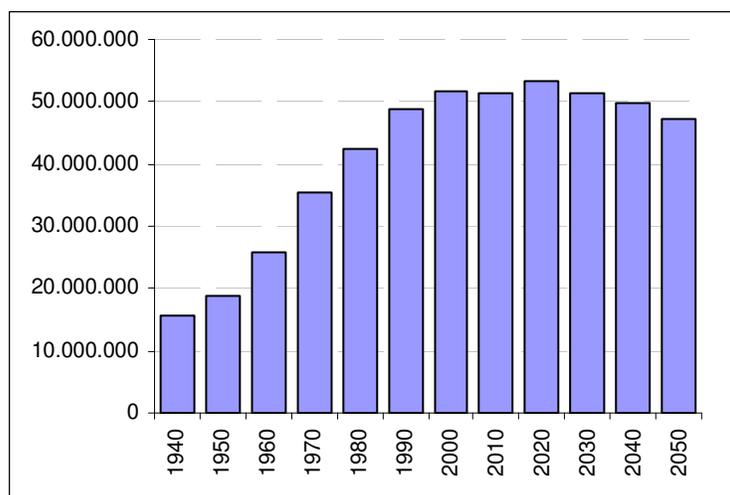
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

No caso da educação, os investimentos podem aproveitar a redução do crescimento da demanda, universalizando a cobertura e focando no aumento da qualidade do sistema de ensino. No curto e médio prazo, com a redução da demanda em termos absolutos, não há necessidade de se ampliar a capacidade já instalada – capital fixo, fundamentalmente. Além disso, pode-se tornar menos onerosa a ampliação da idade escolar e o funcionamento de creches, bem como se torna mais viável a possibilidade de se reduzir os custos de implementação da escola em tempo integral. Do ponto de vista da saúde, as políticas de atendimento à infância e à adolescência, inclusive as preventivas, como as campanhas de vacinação, podem garantir a universalização da sua cobertura, assim como ampliar os investimentos per capita.

Atualmente, há um consenso quanto à necessidade de políticas que garantam a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. O ensino fundamental, exclusivamente, em nada garante a inclusão social via mercado de trabalho, cujos requisitos para a entrada cada vez se tornam mais rigorosos. O ensino médio assume uma importância fundamental, principalmente o profissionalizante.

O grupo etário que constituiria essa demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre cinco e dezenove anos, só tenderá a decrescer depois de 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, com cerca de 53,5 milhões de pessoas. O atendimento ao ensino médio passa a ser o grande gargalo da educação brasileira, não somente pela pressão demográfica mas também pelo aumento significativo da população que completa o ensino fundamental e deseja continuar os estudos. O ensino médio vai enfrentar, dessa forma, dois grandes desafios: atender a toda a demanda e aumentar a qualidade do ensino.

Gráfico 10
Grupo etário de 5 a 19 anos, Brasil, 1950-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Torna-se evidente que os benefícios demográficos, no que se refere à demanda pelo ensino, ocorrem, menos pelo estoque, fruto de um passivo demográfico e social de muitas gerações, e mais pela redução do seu incremento. Não se deve deixar de observar que esse fenômeno demográfico, incrementos menores ou negativos do grupo etário pertinente, significa, realmente, um alívio na pressão sobre a oferta de serviços educacionais, o que deve ser aproveitado, como um benefício, pelas políticas públicas. Agora, não se trata, de se eleger uma nova panacéia, onde as condições da estrutura etária garantirão o êxito das políticas sociais. A situação demográfica favorável, por si só, nada significará se não for aproveitada pelas políticas públicas com a racionalidade econômica e social indispensáveis.

Os investimentos necessários para atender às demandas dos jovens devem ser observados espacialmente. A grande maioria dos jovens, no Brasil, reside na região Sudeste – em São Paulo, somente, um quinto de toda a população jovem – e no Nordeste, somando 66%. Refletindo, de um certo modo, a própria distribuição espacial do conjunto da população.

Tabela 5
População total, segundo grupos etários e regiões e alguns estados, Brasil, 2000

Regiões e alguns estados	Grupos Etários			Total
	0-14	15-64	65+	
Norte	4.813.216	7.628.416	469.539	12.911.171
NE Setentrional	3.065.675	4.998.226	437.076	8.500.977
NE Central	7.917.727	14.984.070	1.509.107	24.410.904
NE Meridional	4.787.854	9.239.816	842.928	14.870.598
Minas Gerais	5.082.168	11.713.990	1.108.976	17.905.134
Espírito Santo	888.945	2.037.303	171.249	3.097.497
Rio de Janeiro	3.619.853	9.700.785	1.071.467	14.392.105
São Paulo	9.745.219	25.027.183	2.263.055	37.035.457
Paraná	2.747.543	6.278.889	538.212	9.564.644
Extremo Sul	4.164.675	10.360.507	1.020.518	15.545.700
Centro Oeste	3.483.305	7.660.457	494.901	11.638.663
Brasil	50.316.180	109.629.642	9.927.028	169.872.850

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Segundo as regiões ou estados, a proporção de jovens varia segundo o momento na sua transição demográfica. Algumas regiões estão próximas da média nacional, 30% de jovens, como a Centro-Oeste e os estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. O Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados na transição demográfica, se distanciam da média nacional, com 37 e 36%, respectivamente, da suas populações ainda jovens, seguidos pelas duas outras regiões nordestinas, com 32%.

Por outro lado, o estado do Rio de Janeiro é o que tem a menor porcentagem de jovens, um quarto apenas da sua população. São Paulo e a região Extremo Sul vêm em seguida, com 26 e 27%, respectivamente. Esses são, justamente, aqueles estados e região com os menores níveis de fecundidade e estão vivendo um momento mais avançado da transição demográfica. Entretanto, deve ser chamada atenção, essas proporções menores de jovens não necessariamente significam um tamanho absoluto irrelevante. São Paulo tinha, em 2000, quase 10 milhões de jovens.

Na formulação das políticas públicas e importante considerar a distribuição dos jovens segundo o nível de renda per capita das suas famílias. Segundo o censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% dela

pertencia às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar per capita. Em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas. Acrescentando os jovens pertencentes às famílias com menos de um salário mínimo per capita a proporção passa para 67%, aproximadamente, 32 milhões de jovens. Apenas cinco por cento dos jovens fazem parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda per capita.

Tabela 6
População total, segundo grupos etários e renda famílias *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000

Renda Familiar Per Capita (em salários mínimos)	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +	
0 a 0,5	20.001.063	26.237.163	1.558.335	47.796.561
0,5 a 1	11.762.444	24.727.709	3.056.084	39.546.237
1 a 2	8.398.047	24.491.006	2.163.681	35.052.734
2 a 3	2.699.334	10.258.969	944.027	13.902.330
3 a 5	2.175.514	8.889.862	858.608	11.923.983
5 a 10	1.429.631	6.557.109	685.476	8.672.215
10 +	693.835	4.115.649	577.604	5.387.087
Total	47.159.867	105.277.466	9.843.814	162.281.147

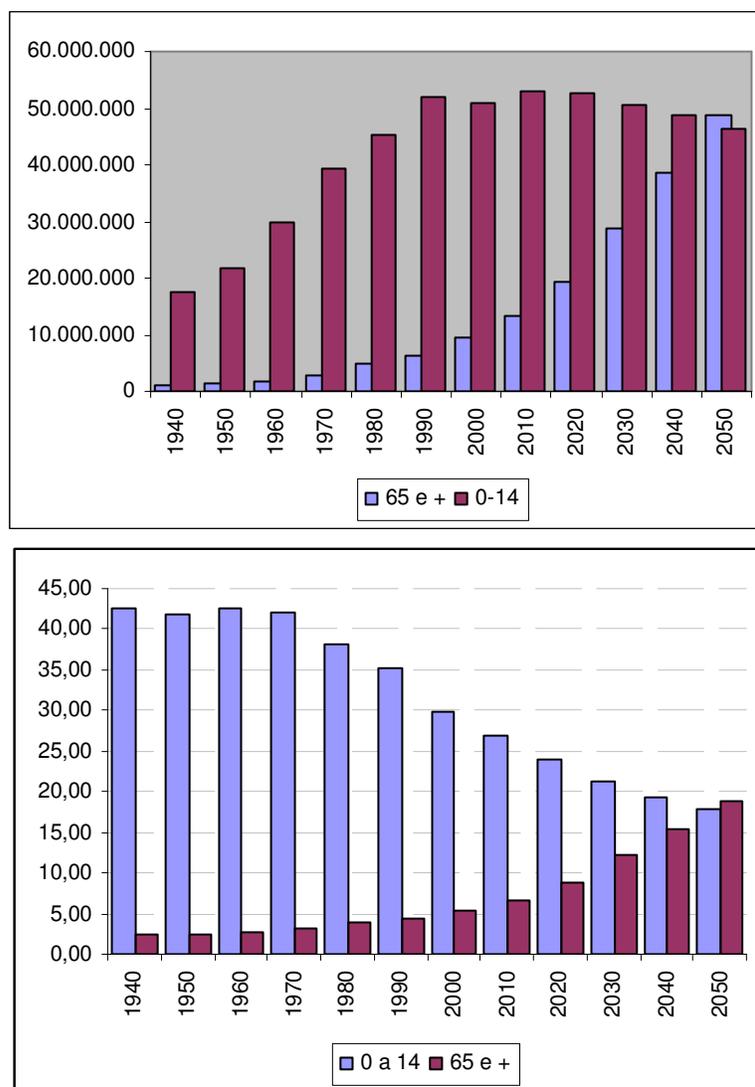
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Se os jovens devem ser o objetivo fundamental das políticas públicas, com muito mais razões devem ser os jovens pobres. São eles que entrarão, em breve, na população em idade ativa e serão os idosos no futuro. Caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens pobres, o Brasil estará reproduzindo a pobreza. Com o objetivo de justiça social, e levando em conta as relações intergeracionais, os 20 milhões de jovens pobres devem ser o objetivo prioritário das políticas públicas. Eles serão de 22 milhões em 2010. Caso isso não aconteça, o declínio desigual da fecundidade poderá levar, paradoxalmente, a uma maior desigualdade.

3.2 Aumento da Proporção de Idosos e as Políticas Públicas

O aumento do grau de envelhecimento da população, ou seja, o aumento da proporção de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais, é uma característica marcante da transição da estrutura etária no Brasil. Essa proporção era de 2,4% em 1940, menos de 1 milhão de pessoas, e deve atingir 7,0% em 2010, pouco mais de 13 milhões. Em 2050 deve chegar a 19,0%, cerca de 49 milhões de idosos na população. Neste período, estima-se, os idosos devem superar a de jovens, tanto em termos relativos, quanto absolutos.

Gráfico 11
População total jovem e idosa, Brasil, 1940-2050 (total absoluto e %)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Na primeira década deste século entrarão no grupo de idosos 387mil pessoas ao ano. Entre 2040 e 2050, estima-se, serão acrescentadas mais de um milhão ao ano. As conseqüências para as políticas públicas deste grande aumento da população idosa serão grandes. Serão 13 milhões de idosos em 2010 e 49 milhões em 2050. Na perspectiva de curto prazo, ou seja, nos anos entre 2007 e 2011, serão incorporados aos grupos de idosos cerca de 2.140 mil pessoas, que somadas ao estoque

resultaria, em 2011, em uma população idosa de 13,8 milhões. Na mesma perspectiva, não pode deixar de ser considerado que no final dos anos 2000 estimava-se uma população jovem com 40 milhões de pessoas a mais do que os idosos.

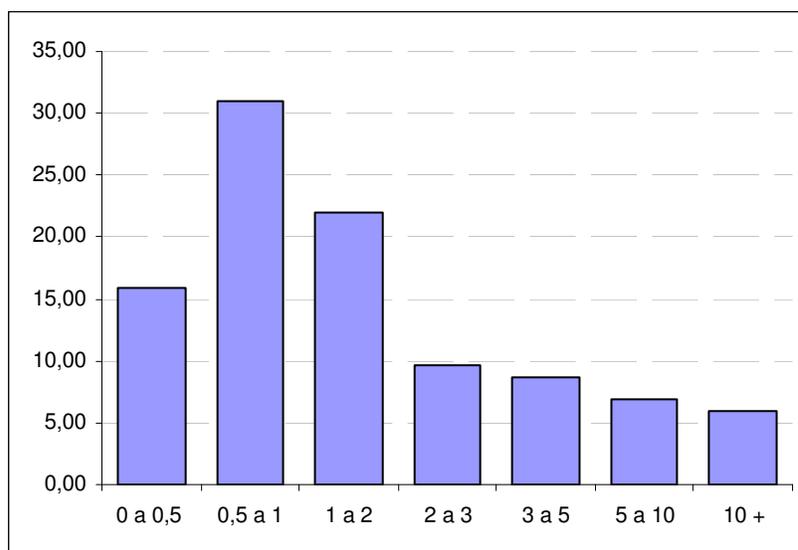
Além do envelhecimento da população deve ser considerado, também, o aumento da sua longevidade, bem traduzida pelos ganhos na esperança de vida ao nascer. Entre 1940 e 2000 ela teve um ganho de 30 anos, passando de 40 para 70 anos, e deve chegar, em 2050, há 81 anos. Além disso, cada vez mais pessoas atingem as idades avançadas. Em 2000, mais de 80% da população já poderia chegar aos 65 anos de idade, e esse percentual tende a aumentar cada vez mais. Trata-se de uma informação decisiva para as políticas referentes aos idosos, pois com o aumento da esperança de vida, maior será o tempo de participação dos idosos nos programas de seguridade social.

Assim, até 2050, devem ser equacionados os benefícios para uma população idosa 3,7 vezes maior que a de 2000. O mesmo pode ser dito para as políticas de transferência, previstas constitucionalmente, como o Benefício de Prestação Continuada. É razoável esperar que o volume de recursos investidos deva ser ampliado na mesma proporção. No caso do BPC são recursos “puros” de transferência, não envolvem contrapartida da contribuição. A situação do FUNRURAL é semelhante. Ambos envolvem recursos orçamentários, resultantes da política fiscal. Ela tem que ser equacionada para gerar receita para as despesas orçamentárias com as transferências necessárias à seguridade social.

Há uma questão fundamental para as políticas públicas. Considerando o Censo de 2000, 16% da população idosa tinha uma renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, ou seja, uma situação inequívoca de pobreza. Até um salário mínimo, tinha-se 47%, aproximadamente 4,6 milhões de idosos, quase a metade da população idosa. Boa parte dessa parcela da população tem sido objeto de políticas de transferência de renda como a aposentadoria rural e os benefícios de prestação continuada (BPC).

Gráfico 12

Distribuição da população idosa, segundo renda familiar *per capita*, Brasil, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Evidentemente, ha uma relação positiva entre a proporção de idosos e o nível de renda, ela aumenta, certamente, devido a uma maior longevidade e menor fecundidade dos grupos economicamente mais favorecidos da população. Considerando, os idosos pertencentes ao grupo com mais de 10 salários mínimos de renda per capita familiar, eles representam 11% do total da população desse grupo, mas essa proporção, relevante no interior do grupo dos mais ricos, significa apenas 6% do total dos idosos.

O processo de envelhecimento, que será mais acelerado nas próximas décadas coloca desafios dramáticos nessa área, que devem ser levados em conta, urgentemente, pelas políticas públicas. A situação social de parte da população idosa do Brasil será insustentável no futuro, se continuar a depender, como agora, de transferências maciças de renda originárias de receitas orçamentárias. A não ser que se faça uma reforma fiscal o objetivo explícito de assegurar os programas de transferências. Não é possível pensar separadamente as políticas de transferência de renda e a política fiscal.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), é um bom exemplo. Ele correspondente a um benefício de um salário mínimo, direcionado aos idosos acima de 65 anos e às pessoas portadoras de deficiência (PPD) com comprovada incapacidade para o trabalho e para a vida independente, cuja renda familiar *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo.

Desde a sua entrada em vigor, em janeiro de 1996, o BPC sofreu algumas modificações, que ampliaram significativamente a proporção de idosos pobres elegíveis ao benefício. A primeira alteração incidiu sobre a idade mínima para a concessão do benefício para o idoso, que passou de 70 para 67 anos em 1998, e de 67 para 65 anos em 2003, após publicação do Estatuto do Idoso.

A segunda modificação, ocorrida em 1998, consistiu na alteração no conceito de família utilizado para o cálculo da renda familiar *per capita*. Até 1998, a Lei Orgânica de Assistência Social definia família como “unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes” (BRASIL, 1995). Em 1998, a lei nº 9.720 alterou essa definição e se passou a considerar família o conjunto formado pelo cônjuge, companheira, companheiro, filho e irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, e pais.

A terceira modificação no programa de concessão dos benefícios ocorreu em 2003, com a entrada em vigor do Estatuto do Idoso. A partir de 2003, o benefício já concedido a qualquer membro da família passou a não ser computado no cálculo da renda mensal familiar *per capita*, para fins de concessão do BPC a outro membro da família. Essa modificação foi introduzida no programa em face da eventual situação de discriminação sofrida pelo segundo idoso da família, que passava a não ter direito ao benefício, uma vez que o recebimento do BPC pelo primeiro idoso da família elevava a renda *per capita* familiar, desabilitando o segundo idoso a pleitear o benefício. Essa terceira modificação nas regras de concessão do BPC foi responsável por um aumento bastante expressivo no número de idosos beneficiados pelo programa (ver TAB. 7).

Em 1996, dos 8,1 milhões de idosos brasileiros, 49.502 receberam o BPC, o que correspondia a 0,61% dos idosos. É importante observar que, até 1997, o benefício só era concedido a idosos pobres acima de 70 anos. Em 1998, após a primeira redução da idade mínima para a concessão do benefício aos idosos, de 70 para 67 anos, 2,51% dos idosos brasileiros, cerca de 218.000 idosos, receberam o benefício. Após a entrada em vigor do Estatuto do Idoso, em 2003, que reduziu a idade mínima para a concessão do benefício de 67 para 65 anos e alterou as regras para o cálculo da renda per capita familiar para fins de concessão do benefício, a proporção de idosos beneficiados chegou a 8,77% em 2004, cerca de 951.700 beneficiários. Desde então, a proporção de idosos elegíveis ao BPC estabilizou-se em cerca de 9% dos idosos brasileiros. Estima-se que, em 2010, cerca de 1,18 milhões de idosos serão beneficiados pelo programa.

Tabela 7
População idosa e total de idosos que recebem o BPC, Brasil, 1996-2010*

Período	Pop. Idosa	Idosos que recebem BPC	
		Total	%
1996	8.115.791	49.502	0,61
1997	8.398.598	95.275	1,13
1998	8.687.287	218.191	2,51
1999	8.993.714	323.043	3,59
2000	9.325.607	413.517	4,43
2001	9.684.991	484.340	5,00
2002	10.066.326	595.324	5,91
2003	10.460.669	680.473	6,51
2004	10.855.485	951.708	8,77
2005	11.242.632	1.024.129	9,11
2006	11.621.204	1.055.697	9,08
2007	11.997.157	1.086.602	9,06
2008	12.377.850	1.117.778	9,03
2009	12.773.880	1.150.546	9,01
2010	13.193.706	1.185.941	8,99

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2004; MDS/CEDEPLAR/UFMG, 2006.

* Os dados de 1996 a 2004 correspondem aos reais beneficiários do BPC, segundo dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os dados de 2005 a 2010 correspondem a projeções baseadas nos critérios de concessão do BPC vigentes em 2003.

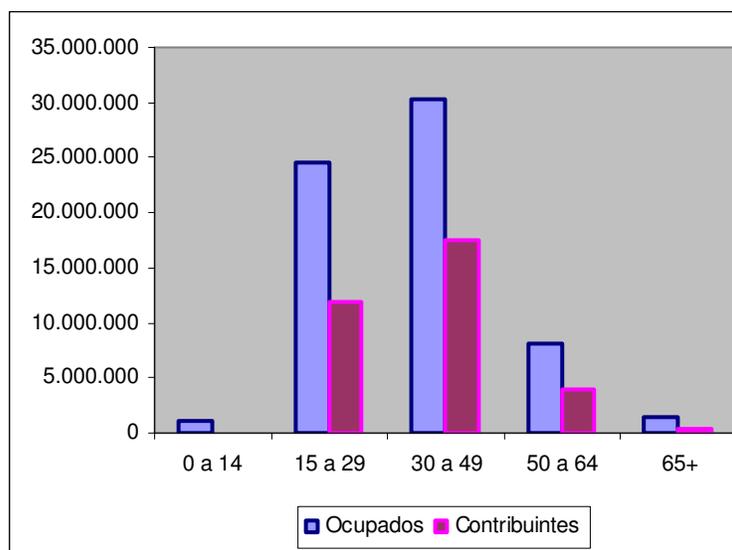
O rápido processo de envelhecimento populacional vai trazer grandes impactos para o sistema previdenciário no Brasil. O aumento da razão de dependência dos idosos, a queda da razão de suporte previdenciária, relação do número de contribuintes pelo número de beneficiários, significa que um número cada vez maior de beneficiários vai depender de um número menor de trabalhadores. A aposentadoria precoce e a informalidade no mercado de trabalho diminuem a razão de suporte previdenciária mais do que as projeções populacionais e a razão de dependência demográfica poderiam prever.

A grande preocupação é com o financiamento dos programas públicos direcionados aos idosos, como a previdência social. Se no passado grande parte do suporte aos idosos era feita pela família, hoje a grande parte do apoio vem de programas administrados pelo setor público e, em alguns países, também pelo setor privado (Costa, 1998). De forma geral, esses programas são muito importantes para reduzir a diferença de renda entre idosos e as pessoas em idade ativa e para diminuir as taxas de pobreza da população idosa (Gruber & Wise, 2002). Entretanto, recentemente a maioria desses programas vem enfrentando graves problemas fiscais. Grande parte deles funciona no esquema Pay-As-You-Go (PAYGO), ou seja, a aposentadoria dos idosos de hoje é financiada pelas contribuições dos trabalhadores de hoje. O equilíbrio dos programas fica cada vez mais difícil com o aumento da razão de dependência, envelhecimento populacional (Bongaarts, 2004).

A previdência social apresenta uma equação intergeracional de difícil solução, pois como a grande maioria da PIA não contribui, o crescimento mais acelerado da população idosa do que a dos contribuintes tem gerado graves problemas para o seu financiamento. Porém, a situação demográfica é favorável, temos um número de contribuintes potenciais, em 2010, quase 10 vezes maior do que os idosos. Em 2050 a situação será menos favorável, os contribuintes potenciais serão 3,4 vezes maior.

O censo de 2000 mostra uma relação entre população ocupada e população contribuinte muito desfavorável à política previdenciária. Praticamente, a metade dos ocupados não contribui para a previdência.

Gráfico 13
População ocupada e contribuinte, Brasil, 2000



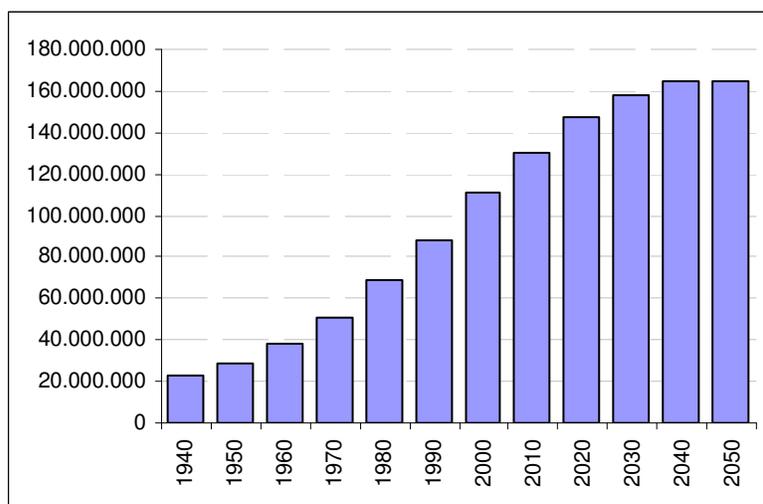
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tanto do ponto de vista da questão da saúde, quanto da previdência e dos programas de transferência, o cenário para a definição de políticas não pode deixar de levar em conta quem serão os idosos, do ponto de vista da sua renda no futuro e quais as possibilidades, via crescimento a economia, principalmente, de gerar mais emprego e ocupações, e aumentar o número de contribuintes. Foi mencionado que as políticas públicas referentes aos jovens pobres devem ser objetivo prioritário do Estado. Caso elas não ocorram agora, comprometerão a situação previdenciária no médio prazo, pois, provavelmente, serão trabalhadores não contribuintes e, no longo prazo, dependentes de programas de transferência de renda.

3.3 O Crescimento da População em Idade Ativa e as Políticas Públicas

No processo de transição demográfica não só se reduz o peso relativo da população jovem e aumenta o dos idosos, mas, também, cresce a população em idade ativa (PIA). Entre 1950 e 2000 foram acrescentados 88 milhões de pessoas ao seu contingente populacional. Entre 2000 e 2050 ainda deverão ser somados a ela cerca de 54 milhões de pessoas.

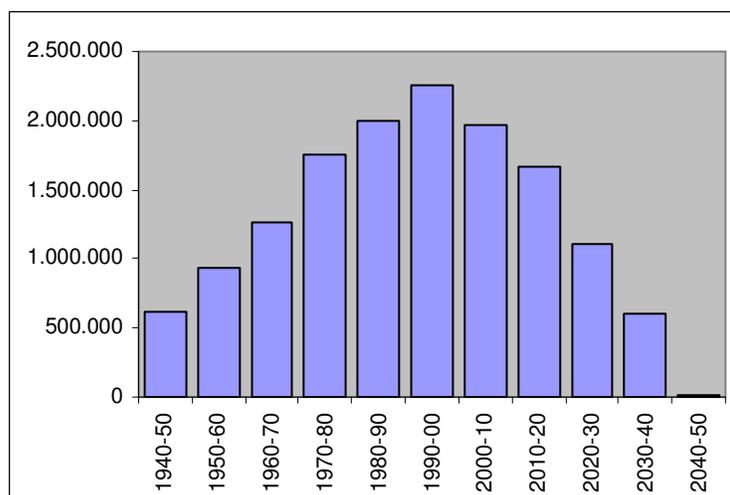
Gráfico 14
População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Nas décadas futuras, o ritmo de crescimento do tamanho da PIA declinará, tornando-se inexpressivo na última década analisada, 2040-2050. Entretanto, nesta década, 2000-2010, ainda estão sendo acrescentado à PIA, em média, todo ano, 1.700 mil pessoas e ,entre 2010-2020, serão acrescentados 1.100 mil pessoas por ano. O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à PIA cerca de 54 milhões de pessoas. Entretanto, a transição demográfica já trouxe benefícios reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens.

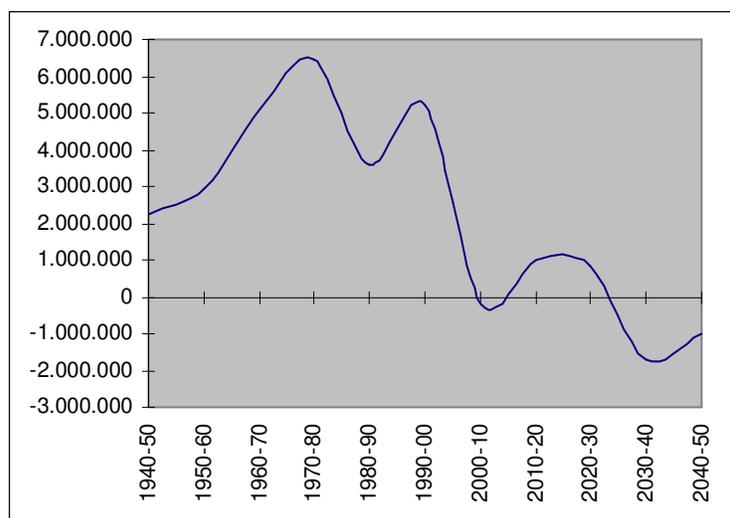
Gráfico 15
Incremento médio anual da População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A população de 15 a 24 anos, aquela que potencialmente poderia se incorporar ao mercado de trabalho no decênio, merece uma análise a parte, pois é um bom indicador da pressão demográfica sobre o mercado de trabalho. O seu incremento absoluto decenal tem sido declinante nessa primeira década do século XXI. Entretanto, entre 2010 e 2030, o incremento em termos absolutos ainda será positivo. Nessa primeira metade de século a demanda potencial pelo primeiro emprego variará entre 33 a 35 milhões de pessoas. Em outras palavras, mais uma vez os benefícios demográficos para as políticas públicas se darão mais em função da redução dos acréscimos do que dos estoques.

Gráfico 16
Incremento Decenal da População de 15 a 24 anos, Brasil, 1940-2050



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Considerando a população em idade ativa, segundo os seus grandes grupos etários, observa-se que a tendência ao aumento do peso relativo do grupo entre 30 e 49 anos. Em 2010, estima-se que esse grupo representaria 42% da PIA. Em 2050 o peso seria semelhante, mas os jovens da PIA (15 a 29 anos) corresponderiam a 30% e os maduros (50 a 64) a 28%. Durante a primeira metade do século XXI, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050. Depois de 2040 a idade média da PIA será maior do que a mediana.

O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da população em idade ativa, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia. Essa seria a população que, teoricamente, produz, poupa, investe e contribui com impostos e para a previdência. Em outras palavras, o pressuposto é que os jovens e os idosos, provavelmente, consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. E isso, em tese, seria mais verdadeiro quanto mais envelhecida a PIA se torna, pois maior seria a sua capacidade de poupança acumulada. O que não significa, necessariamente, no caso

do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo, podendo, em grande parte, se esvaír através do capital financeiro.

Fala-se em tese porque, se as condições demográficas são favoráveis para que essa janela de oportunidade se abra, devem existir políticas públicas que garantam o emprego da mão-de-obra disponível. Essas políticas proporcionariam uma remuneração proporcional à produtividade do trabalho, a ampliação da mão-de-obra regulada pela legislação trabalhista, uma política fiscal e previdenciária adequadas, dentro de um contexto de crescimento da economia. Caso a economia esteja estagnada ou com um crescimento baixo, predomine a informalidade no mercado e as políticas públicas mantenham fortes desequilíbrios fiscais e previdenciários, as janelas de oportunidades demográficas podem passar despercebidas. No caso brasileiro, tanto a PIA crescerá até 2050, quanto aumentará a sua idade mediana, porém as políticas públicas não têm aproveitado essas possibilidades demográficas.

3.4 As Relações de Dependência Demográfica e as Políticas Públicas

A razão de dependência demográfica parte do pressuposto que a população jovem, 0 a 14 anos, e a idosa, 65 anos e mais, podem ser consideradas dependentes da população em idade ativa, 15 a 64 anos. Os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produziria mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações.

Antes do declínio acelerado e generalizado da fecundidade, a razão de dependência total (RDT) tinha valores extremamente altos. Em 1960, por exemplo, o seu valor era de 83%, isto é, para cada 100 pessoas na PIA havia 83 jovens e idosos. O maior peso na razão de dependência estava fortemente afetada era de jovens, pois havia 78 jovens e apenas cinco idosos para cada 100 pessoas na PIA, ou seja, a razão de dependência dos jovens (RDJ) era 78%. Era o que se podia esperar de um país,

naquele momento, que contava com 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos.

Na primeira metade deste século, a RDT permanecerá entre 49 e 57%, mudando, no entanto, profundamente a sua composição. Enquanto em 2000 a RDJ era quase 6 vezes maior do que a RDI, em 2050 as duas razões de dependência serão praticamente iguais, entre 28 e 30%. Haverá de fato, uma troca dos grupos dependentes.

Tabela 8
Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, Brasil, 1950-2050

Período	Razão de Dependência (%)			Razão de Dependência (dist. relativa)			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	Jovens	Idosos	Total	
1950	74,70	4,36	79,06	94,49	5,51	100,00	5,83
1960	77,95	5,00	82,95	93,97	6,03	100,00	6,41
1970	76,60	5,73	82,33	93,04	6,96	100,00	7,48
1980	66,10	6,94	73,04	90,50	9,50	100,00	10,49
1990	58,58	7,23	65,81	89,01	10,99	100,00	12,34
2000	45,97	8,41	54,37	84,54	15,46	100,00	18,28
2010	40,59	10,10	50,69	80,07	19,93	100,00	24,88
2020	35,80	12,99	48,79	73,38	26,62	100,00	36,28
2030	31,93	18,22	50,15	63,66	36,34	100,00	57,08
2040	29,58	23,39	52,96	55,84	44,16	100,00	79,08
2050	28,15	29,72	57,87	48,65	51,35	100,00	105,56

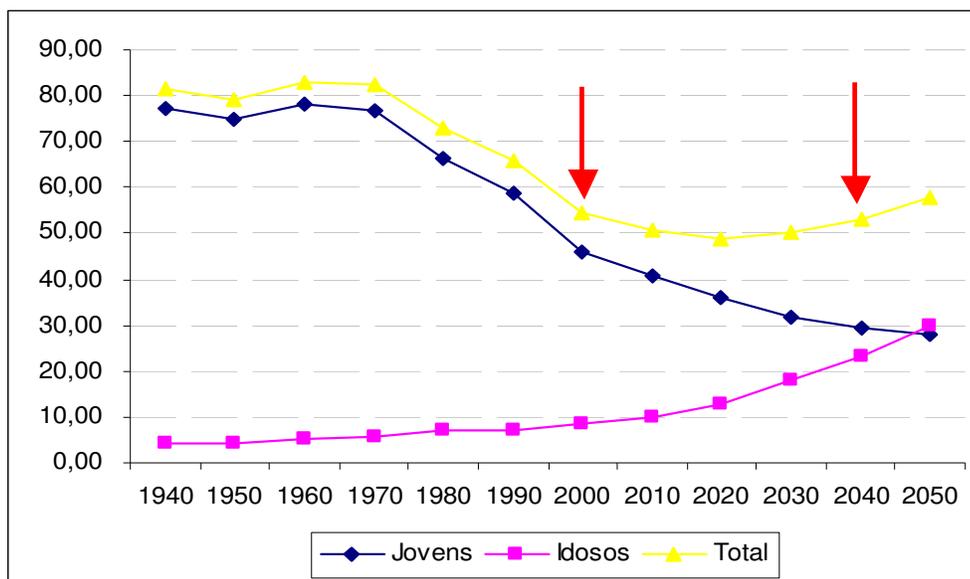
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Um outro indicador das relações entre gerações é o índice de idosos, isto é, a proporção dos idosos em relação aos jovens. Um outro indicador das relações intergeracionais é o índice de idosos, isto é, a relação entre o número de idosos e o número de jovens. Para o Brasil, em 2000, esse índice era 19%, ou seja, 19 idosos para cada 100 jovens. Mas apresentava diferenças regionais em função dos momentos na transição demográfica. No estado do Rio de Janeiro, já em 2000, tinha-se 30 idosos para cada 100 jovens, o índice mais alto, seguido pelo da região Extremo Sul, 25%, e São Paulo, 23%. Os menores valores, abaixo da média nacional, eram os da região Norte, próximo de 10%, Nordeste Setentrional e Centro-

Oeste, ambos em torno de 14%. O estado do Rio de Janeiro tinha, em 2000, um índice três vezes maior do que a região Norte.

Gráfico 17

Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, 1940-2050 (%)



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Os demógrafos têm chamado atenção para o primeiro dividendo demográfico que poderia ser usufruído pela sociedade e pela economia no período entre 2010 e 2030, quando a RDT alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens. Em outras palavras, para cada 100 pessoas em idade ativa, haveria apenas cinquenta jovens e idosos, com preponderância dos jovens.

As transferências intergeracionais poderiam ser favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Poderia ser estabelecido um intervalo, onde os dividendos demográficos seriam mais favoráveis: 2000 a 2040, quando a razão de dependência total estaria próxima de 50%. Situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

Entretanto, quando se considera a realidade da sociedade brasileira, onde o número de pessoas desocupadas é ainda muito grande, pode-se pensar numa razão de dependência mais restrita do que a demográfica, quando se consideraria, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. Ela seria, em porcentagem, 161%, ou seja, para cada cem pessoas ocupadas ter-se-ia 161 não ocupadas. Ou seja, a carga econômica daqueles que estão realmente ocupados é muito maior do que revela a razão de dependência estritamente demográfica. Os benefícios demográficos serão realmente aproveitados pela economia e pela sociedade quanto maior for o número de pessoas ocupadas na PIA

Levando em conta, a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poderíamos calcular uma outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não-contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes em todos os grupos etários, ter-se-ia 506 não-contribuintes. Uma relação completamente adversa para o sistema de previdência social, mesmo considerando a parte mais pobre da população, dependente das políticas de transferência. Sem aumentar o número de contribuintes, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho formal, maiores serão os encargos fiscais necessários para financiar as políticas de transferência. Mesmo com os benefícios gerados pela atual fase da transição demográfica no Brasil, seria indispensável a redução do encargos trabalhistas, facilitando o ingresso dos trabalhadores no mercado formal. A contrapartida seria a redução dos encargos fiscais, indispensáveis ao financiamento das políticas de transferência de renda para a população mais pobre.

Como no caso do índice dos idosos, razão de dependência total varia segundo as os estados e regiões segundo os seus diferentes momentos na transição demográfica. A diferença entre a maior RD total (Nordeste Setentrional) e a menor (São Paulo) chega a vinte e duas pessoas para cada 100 indivíduos em idade ativa.

Tabela 9**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000**

Regiões e alguns estados	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
Norte	69,25	63,10	6,16	9,76
NE Setentrional	70,08	61,34	8,74	14,26
NE Central	62,91	52,84	10,07	19,06
NE Meridional	60,94	51,82	9,12	17,61
Minas Gerais	52,85	43,39	9,47	21,82
Espírito Santo	52,04	43,63	8,41	19,26
Rio de Janeiro	48,36	37,32	11,05	29,60
São Paulo	47,98	38,94	9,04	23,22
Paraná	52,33	43,76	8,57	19,59
Extremo Sul	50,05	40,20	9,85	24,50
Centro Oeste	51,93	45,47	6,46	14,21
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

As medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de idosos, estão altamente correlacionadas aos níveis de renda *per capita* familiar. A razão de dependência total, no Brasil, dos dois subgrupos populacionais mais pobres, isto é, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, era superior, em 2000, à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior. No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes. Entre os mais ricos, aqueles com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar per capita, havia em torno de 32 pessoas dependentes, uma diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes, em relação aos grupos mais pobres.

Tabela 10**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos, segundo renda familiar per capita em salários mínimos, Brasil, 2000**

Renda Familiar Per Capita (em salários mínimos)	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
0 a 0,5	82,17	76,23	5,94	7,79
0,5 a 1	59,93	47,57	12,36	25,98
1 a 2	43,12	34,29	8,83	25,76
2 a 3	35,51	26,31	9,20	34,97
3 a 5	34,13	24,47	9,66	39,47
5 a 10	32,26	21,80	10,45	47,95
10 +	30,89	16,86	14,03	83,25
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A razão de dependência dos jovens apresentou-se, em 2000, rapidamente decrescente à medida que a renda familiar per capita aumenta. Entre aqueles com renda familiar per capita acima de 10 salários mínimos, a RDJ era de 17 por 100, ou seja, 59 dependentes jovens a menos, para cada conjunto de 100 indivíduos em idade ativa, do que na população mais pobre (aquela com até um salário mínimo de renda familiar per capita).

Ao contrario da RDJ, razão de dependência dos idosos é crescente com a renda. Entre os mais ricos, chegava, em 2000, a 14 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, 2,4 vezes maior do que entre os mais pobres.

Um outro indicador ligado às relações intergeracionais é o índice de idosos, que, no caso brasileiro, em 2000, também se mostrou crescente com a renda. Aqueles com renda entre cinco e dez salários mínimos tinham um índice de idosos bastante alto, com quase um idoso para cada dois jovens. Notável, no grupo dos mais ricos, que o número de idosos já se aproximasse bastante daquele dos jovens, com um índice de 83.

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar per capita mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a “desigualdades demográficas” maiores do que aquelas observadas entre as

diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração, as políticas públicas, com o objetivo de justiça social, poderão bem aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados pela transição demográfica.

4 Migrações Internacionais: Subsídios para Políticas, Governabilidade e Desafios

As migrações internacionais requerem atenção especial por parte de estudiosos e formuladores de políticas no Brasil. Essas ações devem contemplar tanto políticas sociais voltadas para este contingente migrante no local de destino e origem, quanto políticas de governabilidade dessas migrações. Trata-se, portanto, de níveis diferenciados de implementação de políticas que considerem os fatores macro e micro dos processos que contribuem e se refletem em fluxos cada vez mais volumosos de emigrantes brasileiros e de imigrantes estrangeiros no Brasil.

Embora atualmente se associe a migração internacional aos processos de globalização, essa modalidade de deslocamento populacional tem, também, importância para a própria dinâmica demográfica de vários países desenvolvidos – destino de parte considerável da emigração brasileira. A baixa fecundidade desses países, abaixo do nível de reposição, e o aumento da longevidade “necessita de uma verdadeira ‘transfusão populacional’, vinda de fora, para rejuvenescer suas populações e evitar o crescimento negativo” (Berquó, 2001:11).

Estima-se, por exemplo, que a Europa necessitará de 100 milhões de migrantes para manter estável seu total populacional entre 1995 a 2050 (Divisão de População das Nações Unidas). De outro lado, os países com economias em desenvolvimento apresentam, em sua atual etapa da transição demográfica, grandes contingentes de população em idade ativa - resultado da “onda jovem” que reflete as altas taxas de fecundidade do passado e contínuo declínio da mortalidade – sem perspectivas de inclusão no mercado de trabalho e possibilidades de emprego.

O termo “migração de reposição” vem sendo utilizado nas políticas migratórias, considerando que se tratam de migrantes que cumprem os requisitos estabelecidos pelos países de destino. Essa seletividade migratória, entretanto, não “controla” os fluxos, apenas engrossa o volume de imigrantes estrangeiros não-documentados.

Em meio a este cenário demográfico, a nova etapa da economia mundial aumenta o fluxo de capital e leva consigo o aumento do fluxo de população (Sassen, 1988; Portes, 1996). Países como o Brasil passam a conviver com a saída de sua população e, ao mesmo tempo, receber novos fluxos de migrantes estrangeiros, entrando na rota das migrações internacionais contemporâneas.

Para que se possa ter um panorama geral do Brasil e suas (e)migrações internacionais, o Quadro 1 abaixo mostra as diversidades, especificidades e características básicas e questões emergentes dos principais fluxos de migração estrangeira.

No caso da emigração de brasileiros para os Estados Unidos, as primeiras análises sobre este fluxo ressaltaram a dualidade da inserção do migrante no mercado-de-trabalho primário ou secundário e as dificuldades do migrante brasileiro em (re)construir sua identidade no país de destino (Sales, 1992). A consolidação desse fluxo emigrante contribuiu para o aumento no volume, passando a alterar as expectativas temporais, com o retorno cada vez mais distante (Sales, 1994).

Nesse cenário, as redes sociais tornaram possíveis os projetos migratórios de muitos brasileiros em direção aos Estados Unidos (Fusco, 2005; Sales, 1999).

Em quase 30 anos de fluxo migratório, assistimos ao engrossamento das correntes de migrantes não-documentados, à formação de redes sociais, ao aumento do número de cidades de onde partem os migrantes, maior participação das mulheres nesta emigração, as dificuldades de inserção da segunda geração na sociedade de destino e ao aumento das remessas monetárias.

Quadro 1- Modalidades da Emigração e Imigração Internacional Brasileira

Fluxos	Principais Fluxos de Emigração					Imigração
	Brasil-Estados Unidos	Brasil-Japão	Brasil-Europa	Brasil-Paraguai	Brasil-Fronteira Norte	América Latina-Brasil
Volumes	40.000 emigrantes ao ano	3.000 emigrantes ao ano	10 mil emigrantes ao ano	10 mil emigrantes	5 mil emigrantes (para Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Equador e Peru)	25.000 imigrantes por ano <i>Refugiados:</i> 1200 (Colômbia, Cuba, Venezuela)
Estoques	1 milhão	290.000	165.000	378 mil	35 mil	280.000
Conexão Origem-destino	<i>Origem:</i> Gov.Valadares, Poços de Caldas, Goiânia, Criciúma, SP, BH, Vitória, RJ, <i>Destino:</i> Boston, Nova York, Miami e Orlando	<i>Origem:</i> Maringá, Londrina, SP, PR <i>Destino:</i> Aichi, Shizuoka, Nagano, Mie	<i>Origem:</i> SP, RJ, MG, PE, RN, BA, MA, RS, SC <i>Destino:</i> Lisboa, Porto, Frankfurt, Munique, Berlim, Roma, Milão, Torino, Londres, Madrid	<i>Origem:</i> MS, MT, RS, SC <i>Destino:</i> Ciudad Del Este, Salto Del Guairá, Asunción, Encarnación, Concepción, Pedro Juan Caballero	<i>Origem:</i> Manaus, Belém, Macapá e São Gabriel da Cachoeira <i>Destino:</i> Caiena, Arequino, Yquitos e Bolívar	<i>Origem:</i> Buenos Aires, Santa Cruz de La Sierra, Ciudad Del Este, Asunción, Peru, Colombia, Guiana Francesa, Montevideo <i>Destino:</i> SP, RJ, Porto Alegre, Curitiba, Corumbá, Dourados, Manaus, Belém, Tabatinga
Deslocamento	Agenciamento clandestino, trabalho executivo, <i>brain drain</i>	Agenciamento legalizado; recrutamento oficial	Turismo, agenciamento informal, agenciamento irregular, <i>brain drain</i>	Livre deslocamento, agenciamento informal	Agenciamento para trabalho; travessia clandestina, livre deslocamento, circulação pendular de fronteira	Livre deslocamento; agenciamento legal, trabalho irregular
Remessas	US\$ 6,000 ao ano por emigrante	US\$ 7,500 ao ano por emigrante	(sem informação)	(sem informação)	Guiana Francesa: R\$ 200,00 mensais	(sem informação)

Fonte: Fazito (2006); Souchaud e Fusco (2007).

Face a este cenário atual do fluxo migratório de brasileiros para os Estados Unidos, a continuar as tendências recentes - mesmo com as restrições à entrada de brasileiros nos Estados Unidos - dificilmente assistir-se-á a uma diminuição do estoque ou dos fluxos de brasileiros para este país.

Para um cenário até 2022, é preciso que se considere políticas de apoio aos emigrantes brasileiros nos Estados Unidos, garantindo os direitos dos migrantes, uma vez que tornar-se-á cada vez mais distante o momento do retorno migratório

“satisfatório”, com o sonhado pé-de-meia, frente às mudanças na economia americana.

No que se refere às influências desses movimentos de emigração do Brasil para os Estados Unidos segundo as dimensões da estratégia, pode-se considerar:

-dimensão institucional: a discussão tomará cada vez mais vulto, considerando o tema da governabilidade das migrações internacionais (Patarra, 2006; Martine, 2005; Mármora, 1997), em especial no que tange aos acordos bilaterais, multilaterais ou regionais. Nos relatórios da Comissão Global sobre Migração Internacional das Nações Unidas (GCIM/UM, 2005) e no relatório anual do Banco Mundial *Economic Implications of remittances and Migrations* (2006) encontram-se orientações de ações para a governança das migrações internacionais, reforçando os aspectos positivos desses movimentos migratórios; enfatizam-se as migrações de países pobres para países ricos.

As recomendações se ancoram, de um lado, em políticas migratórias voltadas para os Direitos Humanos e, do outro lado, nas remessas dos emigrantes como fator positivo para diminuição da pobreza nos países de origem. A questão da soberania nacional está presente nos dois relatórios. É, portanto, na governabilidade das migrações internacionais que este tema deve ser aprofundado para que se contemple de maneira adequada a dimensão institucional e as possíveis “brechas” que este modo de gestão poderá permitir para diminuir as penosas condições dos emigrantes brasileiros.

-dimensão econômica: mesmo que o relatório do Banco Mundial indique a possibilidade das migrações internacionais poderem ser consideradas fator positivo para a amortização das pressões nos mercados de trabalho e da pobreza nos países de origem, Mármora (2005) ressalta que ainda assim os países de origem estão perdendo, tanto pelo que foi investido neste contingente de emigrantes quanto pelo que dependem de sua força de trabalho em empregos que não consideram suas qualificações ocupacionais dos países de origem.

-dimensão sociocultural: neste aspecto é preciso que se considere, no país de destino, a baixa inserção dos emigrantes na sociedade americana, quer seja pela ocupação de postos de trabalho no mercado secundário da economia americana, quer seja pelo baixo conhecimento do idioma inglês. Políticas de apoio a estes contingentes no país de destino pode ser um elemento diferenciador para alcançar postos de trabalho mais qualificados. No Brasil, esta dimensão sociocultural precisa ser considerada a partir das redes sociais – incluindo os agenciamentos formais e informais de migrantes – e da formação de uma possível “cultura da emigração para os Estados Unidos”, como parece ser o caso da cidade de Governador Valadares. Este fenômeno pode estimular os fluxos emigratórios, engrossando a fila de deportados e clandestinos.

-dimensão territorial: os pontos de origem no Brasil da emigração para os Estados Unidos e os pontos de chegadas lá são bastante concentrados, implicando, de um lado, em uma maior visibilidade da comunidade brasileira no exterior e, conseqüentemente, maior divulgação dos problemas desses emigrantes não-documentados; de outro lado, as remessas financeiras enviadas ao Brasil têm tido impactos nas cidades de origem, como é o caso do setor imobiliário em Governador Valadares (Soares, 1995).

Considerando o fluxo Brasil-Japão é importante resgatar que a década de 80 do século XX constitui um marco na maior colônia de descendentes de japoneses no mundo. Descendentes de segunda e terceira geração deixaram o Brasil e emigraram em direção ao Japão, conformando o terceiro maior grupo de estrangeiro neste país, atrás dos coreanos e chineses. O movimento dos descendentes de japoneses no Brasil ficou conhecido como Dekassegui. A emigração dos brasileiros para o Japão se dá através de agência de trabalho e, portanto, o emigrante é legal naquele país.

O fator decisivo que dinamizou o processo migratório recentemente foi a reforma da Lei de Imigração Japonesa, promulgada em junho de 1990, adotando a natureza étnica do imigrante como requisito imprescindível para a migração seletiva e permitindo que descendentes de segunda e terceira geração e seus cônjuges entrem no país com visto de duração de 3 a 1 ano, respectivamente. Desse modo, de uma

emigração individual passou-se a uma emigração familiar, além de permitir ampliar as expectativas temporais e aumentar as idas-e-vindas para o Brasil, dependendo da conjuntura econômica lá e aqui. Estas alterações na Lei de Imigração Japonesas vêm delineando novas características aos brasileiros no Japão, inclusive com a formação de redes de solidariedade e de apoio. Para um cenário até 2022 pode-se até esperar uma diminuição no fluxo de saída de brasileiros no Japão, mas a tendência a um menor retorno – como já indica as estatísticas japonesas – deverá se manter, tanto pelo fortalecimento desta comunidade lá, como pela possibilidade de maior permanência, mesmo sem emprego.

Para se considerar as dimensões da estratégia elenca-se:

-dimensão institucional: por se tratar de uma emigração legalizada, a governabilidade dessas migrações está muito mais vinculada, de um lado, às legislações dos dois países e pelas formas de agenciamento desses migrantes; de outro lado, às remessas financeiras. Neste último caso, torna-se importante ressaltar que as remessas dos emigrantes brasileiros no Japão são elevadas, mas nem sempre ligadas a investimentos no Brasil; Hirano (2005) aponta que as remessas para os familiares de dekasseguis de Maringá são concentradas em estudo e consumo.

-dimensão econômica: o retorno migratório e as remessas são componentes que estão ligados à economia da migração dos dekasseguis. O retorno migratório do Japão propiciou aos primeiros fluxos um retorno do sucesso, possibilitando adquirir um comércio, aumentar os bens de consumo, dentre outros. Os impactos na economia local recentemente são bem mais modestos; empreendimentos imobiliários negociados no Japão passaram a compor a lista de investimentos de remessas.

-dimensão sociocultural: os dekasseguis são os emigrantes que têm sofrido de maneira intensa problemas de identidade lá no Japão, sendo que o retorno para o Brasil tem sido, em muitos casos, de difícil readaptação. No Japão, o idioma tem sido um problema para os brasileiros e, em especial, para a segunda geração. Por se tratar de uma emigração legalizada, os postos consulares precisam estar atentos à

esses contingentes de brasileiros e os sérios problemas que estes descendentes de japoneses acabam por sofrer na condição de emigrado e na condição de retornado.

-dimensão territorial: por ser uma emigração agenciada e marcada, pelos primeiros fluxos, por seu caráter individual, os dekasseguis no Japão tende a estar mais dispersos nas diferentes cidades do que em outros países. Isto implica em menores redes de apoio, reforçando a necessidade de apoio institucional por parte do governo brasileiro.

Os fluxos migratórios de brasileiros para a Europa apresentam características relacionadas aos processos históricos e culturais de formação da sociedade brasileira; os fluxos contemporâneos mais importantes se destinam a Portugal, Itália, Inglaterra e Espanha. Os pontos de origem dessa migração não se concentram apenas no Sudeste, mas englobam cidades das regiões metropolitanas do Sul e Nordeste e cidades médias. Esses fluxos são marcados por migrantes de classe média e tende a se concentrar no trabalho melhor qualificado e nos intercâmbios culturais e educacionais. Apesar das restrições à imigração na Europa, a tendência ao aumento do fluxo até 2022 é bastante previsível, com aumento para os fluxos em direção à Espanha.

Quanto às dimensões de estratégia relativas ao fluxo de brasileiros para a Europa:

-dimensão institucional: parte considerável deste fluxo é de migrante individual clandestino e, portanto, a questão da governabilidade deve também estar presente, destacando acordos que contemplem os direitos dos migrantes. No caso deste fluxo, as remessas também devem ser significativas, o que implica na necessidade de melhores instrumentos de envio desses recursos para as famílias dos migrantes no Brasil.

-dimensão econômica: por ainda ser um fluxo recente, há poucos estudos sobre os brasileiros na Europa; contudo, por também contar com migrantes qualificados, é de se esperar que o fluxo avolume-se e que a expectativa temporal se amplie, podendo tanto atrasar o retorno, como se tornar uma emigração definitiva – implicando, inclusive, na interrupção do envio de remessas.

Os fluxos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina apresentam aspectos históricos, mas que recentemente passam a se inserir nos deslocamentos vinculados às transformações da economia mundial. No cenário das migrações contemporâneas na América Latina, o Brasil registra desde os anos 70 evasão de população para o Paraguai, sendo que recentemente passou a aumentar a saída de população para a Venezuela e Guiana Francesa. Ao mesmo tempo, o país tem se tornado área de absorção migratória vinda da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

Considerando os fluxos migratórios com a América Latina, a questão das fronteiras deve ser destacada. As fronteiras entre o Brasil e os países da América Latina apresentam especificidades e tipos espaciais de migrações internacionais que podem ser caracterizadas como:

a) área fronteira de vizinhança recíproca: refere-se à migração transfronteira, essencialmente dirigida a centros urbanos da fronteira, como por exemplo Porto Suarez na Bolívia/Brasil ou Ciudad del Este no Paraguai/Brasil; Ponta Porá no Brasil/Paraguai e Corumbá no Brasil/Bolívia ou Bolívia/Guajará-Mirim no Brasil. Os migrantes procuram na zona imediata à fronteira internacional uma vantagem em termos de mercado de trabalho, de serviços de saúde, educação, inserção socioeconômica ou acesso a bens e serviços. Trata-se de uma migração de proximidade, mesmo que os migrantes venham de longe; é uma migração diversificada, antiga e seus fluxos são reversíveis de acordo com fatores conjunturais ou estruturais.

b) área de fronteira unilateral: refere-se à colonização agrícola brasileira no Paraguai e na Bolívia. A fronteira corresponde a uma zona de difusão, mas com origem e impulso de um só lado da fronteira; define-se pela difusão de fenômenos migratórios que não implica uma continuidade espacial. A evolução da colonização agrícola brasileira para além das fronteiras é marcada pela reprodução de um sistema de organização sócio-espacial no Paraguai e na Bolívia; no caso do Paraguai esse espaço de fronteira ocorre sem rupturas, pois ambas as margens do trecho fronteiro do Rio Paraná têm sua origem na região sul. No caso do espaço

boliviano ocorre a mesma difusão de uma organização sócio-espacial da migração, mas com uma interrupção, um vazio, de cerca de mil km, que corresponde a área extensiva do Pantanal brasileiro e demais pântanos do extremo oriente boliviano. Trata-se de uma migração com forte presença dos setores rurais.

c) área urbana diversificada: os lugares da migração correspondem a áreas espalhadas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, centros urbanos litorâneos e no interior dos estados que recebem migrantes latino-americanos, em particular os paraguaios.

d) espaços da migração de fronteira-metropolitana: corresponde á situação da migração dos bolivianos em São Paulo, que tende a crescer em importância numérica e a aumentar sua complexidade.

No caso das fronteiras, os cenários mais prováveis para 2022 estão bastante marcados por fatores históricos que reconfigurados e (re)definidos no atual contexto atestam a vivacidade e o vigor dessas áreas, independentemente de seu tipo. Apesar da expansão das migrações de fronteira para centros urbanos maiores e áreas metropolitanas, a metrópole não substitui a fronteira (Souchaud e Baeninger, 2007). As conexões entre as áreas imprimem novos espaços das migrações de fronteira podendo ter influências no processo de integração sul-americana, em especial no que se refere aos deslocamentos de capital e de força de trabalho. Espaços nacionais que historicamente estiveram fora do eixo dinâmico da economia industrial ou mesmo não fizeram parte das áreas de ocupação de fronteiras agrícolas, estão voltados para a migração internacional e seus efeitos multiplicadores; é o caso de Corumbá que tem mantido uma aproximação com a Bolívia para incrementar seus setores produtivos (Souchaud e Baeninger, 2007).

Há que se considerar também a emigração/imigração para/da a fronteira norte, que se caracterizam por uma grande circulação de população, com um ir-e-vir diária na região da fronteira; os migrantes são ilegais, agenciados por atravessadores informais que vão para centros como Manaus e os brasileiros vão para Caiena na

Guiana Francesa – de onde é expressivo o fluxo de remessas financeiras para famílias em Belém e Macapá (Arouck, 2001).

Considerando os movimentos migratórios entre o Brasil e os países da América Latina nas dimensões da estratégia:

-dimensões institucionais: neste caso a governabilidade das migrações internacionais passará necessariamente pela discussão da livre circulação de trabalhadores; as possibilidades de integração sul-americanas passam pela necessidade de mudanças nas políticas migratórias desses países, as quais não devem apenas ser fechadas para o denominado “Mercosul” – que mesmo assim não apresenta os avanços pertinentes à questão migratória – mas particularmente para situações específicas de espaços migratórios e seus migrantes bi-nacionais. Trata-se de conhecer os processos migratórios e seus impactos na construção da integração regional, mas delimitando quais são as políticas migratórias para determinados espaços fronteiriços ou transfronteiriços, uma vez que os grupos sociais envolvidos nos vários fluxos entre países são completamente distintos (Baeninger, 2001).

-dimensões territoriais: no contexto regional de fronteira a dimensão territorial reveste-se de grande importância, em função dos investimentos na malha viária entre países, espaços e regiões. Nesse sentido, as organizações sócio-espaciais da migração refletem e são refletidas nos desenhos territoriais.

-dimensão sociocultural: a diversidade cultural e étnica presente na fronteira deve fazer parte do projeto de integração sul-americana.

-dimensão de políticas públicas: no caso das migrações fronteiriças, o plano de integração regional deve contemplar políticas públicas de acesso à saúde, educação, habitação, transporte para a população migrante de fronteira; menos que efeitos inesperados de maior volume de migrantes dos países limítrofes, essas políticas contemplarão pais estrangeiros com filhos nascidos no Brasil e, portanto, que estão cuidando de brasileiros. É importante considerar, para as políticas públicas, as dificuldades enfrentadas pela segunda geração de migrantes latino-americanos nascidos no Brasil (como no caso dos bolivianos em Corumbá, pois esta migração

data dos anos 50) tanto no que se refere ao idioma quanto aos preconceitos e restrições impostas a essas populações.

Finalmente, para que se contemple todos os processos advindos da migração internacional de e para o Brasil contemporâneo é preciso considerarmos os migrantes refugiados. O Brasil tem compromissos internacionais assumidos de proteção de refugiados desde 1960 com a ratificação da Convenção de 1951; recentemente assumiu posições favoráveis ao recebimento de refugiados, onde possam ter o reconhecimento e garantias de direitos específicos de acordo com suas necessidades.

O Brasil apresenta uma das leis mais avançadas em matéria de refugiados, incluindo também em sua definição a pessoa vítima de violação grave e generalizada de direitos humanos. Em março de 2006, o Brasil apresentava 3,5 mil refugiados, em sua maioria provenientes da África (2.570 refugiados); somam-se 52 nacionalidades presentes no Brasil, vindos principalmente de Angola, Libéria, República Democrática do Congo, Colômbia, Afeganistão, Serra Leoa, Cuba, Iraque.

No contexto dos programas de reassentamento de refugiados, o Brasil também se insere, com os primeiros refugiados colombianos reassentados no país em 2004.

As tendências do contexto internacional indicam, até 2022, o crescimento da migração regional de refugiados, bem como a pressão para o acolhimento de refugiados de países distantes, demonstrando a necessidade de reavaliação e discussão dos instrumentos de proteção e principalmente integração do refugiado.

Do ponto de vista das dimensões da estratégia:

-dimensões institucionais: com essas iniciativas o Brasil vem ocupando importante papel frente ao cenário de proteção a refugiados. Dada esta inovadora posição brasileira é preciso que as articulações institucionais contemplem:

- a ampliação da participação da sociedade civil no CONARE (Conselho Nacional para Refugiados);

-
- a inclusão de outros representantes do governo no CONARE, como por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; incentivar as “cidades solidárias” – que recebem e concentram os refugiados – a criar comissões municipais de direitos humanos para refugiados;
 - contemplar no âmbito da integração sul-americana a temática dos migrantes refugiados;
 - fortalecer o diálogo inter-regional para o tema dos refugiados assegurando proteção aos direitos humanos, prevenção e combate ao tráfico de pessoas;
 - para assegurar a integração duradoura no país de destino tornam-se imprescindível acordos bilaterais, principalmente no que diz respeito à cooperação e acordos de previdência privada.
 - criar um sistema de informações sobre população refugiada que integre os dados do ACNUR, das Cáritas Arquidiocesanas e da Cáritas Brasileira, a fim de que o CONARE tenha disponíveis o perfil da população refugiada já residente, suas demandas e especificidades; isto é fundamental para o acolhimento de novos contingentes de refugiados no país.

-dimensão sócio-cultural e integração social: estes aspectos adquirem relevância ao se tratar dos migrantes refugiados, particularmente pelos motivos que os forçaram a estar no Brasil e pelas enormes barreiras (lingüísticas, culturais, étnicas) que se lhes impõe. Nesse sentido, para garantir a integração social desse contingente de refugiados é preciso:

- garantir a igualdade de acesso entre nacionais e refugiados e seus familiares aos programas e benefícios do Sistema Único de Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social, independente do tempo de moradia e obedecendo aos critérios de renda per capita;
- inserir a categoria de refugiados nas políticas públicas já existentes para a população de baixa renda; criar mecanismos que possibilitem aos refugiados denunciar casos de exploração no trabalho;

-
- instituir benefício pecuniário a ser prestado pelo Governo aos refugiados durante o período inicial;
 - desenvolver campanhas de sensibilização sobre o tema e a situação dos refugiados;
 - divulgação e ampliação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello nas instituições de ensino superior, visando o atendimento e incentivando a pesquisa para o conhecimento das condições de vida da população refugiada;
 - incentivar, valorizar e garantir espaços de expressão e convívio cultural de diversos grupos de refugiados;
 - divulgar os direitos e deveres dos refugiados, principalmente em relação às questões de saída do território brasileiro, bem como critérios de reunificação familiar.

-dimensão de políticas públicas:

Saúde:

- garantir atendimento imediato à chegada em relação à saúde dos refugiados nos serviços de saúde pública, inclusive de saúde mental;
- contar com hospitais de referência ao atendimento dos casos, como é o caso de alguns atendimentos do atendimento de Psiquiatria do HC da Universidade de São Paulo;
- obter junto aos hospitais universitários atendimentos odontológicos, psicológico e psiquiátrico e identificar em prefeituras locais programas de atendimento, como Brasil Sorridente e o apoio de profissionais particulares no atendimento de emergências específicas com programas de incentivo de reconhecimento de profissional colaborador.

Trabalho e Renda:

- abertura de vagas para refugiados nas frentes de trabalho das prefeituras municipais para início imediato ao seu pedido de reconhecimento como refugiado;

-
- criar parcerias com sistema S para cursos profissionalizantes e atualização profissional;
 - possibilitar a participação de refugiados em concursos públicos na esfera municipal;
 - possibilitar o acesso a micro crédito com categorias especiais de análise de crédito, como por exemplo, inserção nos créditos do Banco do Povo Paulista e iniciativas de outros estados;
 - garantir a formação e informação sobre o mercado de trabalho brasileiro, bem como regras condições legais para funcionamento de negócios próprios através de orientações e parcerias com o sistema S, principalmente Senai e Sebrae.

Moradia:

- possibilitar a inclusão de refugiados em programas oficiais de crédito habitacional da Caixa Econômica Federal;
- incentivar a inclusão de refugiados nos programas municipais de habitação como o Programa de Arrendamento Residencial;
- apoiar os albergues para o atendimento e acolhida de refugiados no que diz respeito ao custeio das necessidades básicas de alimentação, vestuário e mobiliária;

Educação:

- estabelecer um programa padrão de curso de língua portuguesa visando atender os refugiados e seus familiares; dar ênfase para aspectos de legislação, direitos e cultura brasileira, visando seu aprendizado para inserção no mercado de trabalho;
- agilizar o processo de revalidação de diplomas e documentos universitários, reconhecendo os limites que o status de refugiado representa;
- ampliar o número de vagas para crianças na faixa etária para acolhida em creches;

-
- estabelecer acordos entre Ministério da Educação e Universidades Públicas e Particulares para oferta de vagas para refugiados e definição de critérios especiais para inclusão destes no PROUNI;
 - ampliar as práticas de aceitação de refugiados que mantinham vínculo com Instituição de Ensino Superior em seu país de origem, como acontece na UFJF, UFF, UFMG, dando possibilidades para continuarem seus estudos;
 - reconhecer a validade dos estudos até ensino médio em todos os países do continente americano, dando validade aos estudos com metodologia adequada nos casos de classificação e reclassificação quando da impossibilidade de apresentação de documentos comprobatórios.

No âmbito dessas evidências e complexidade do panorama das migrações internacionais no Brasil, a fim de que se possa subsidiar políticas e a governabilidade das migrações internacionais é preciso que se considere alguns aspectos:

- 1) os processos, fluxos e grupos sociais envolvidos nos deslocamentos internacionais são muito distintos de um para outro destino e origem da migração; trata-se de considerar políticas migratórias para diferentes públicos-alvos: mulheres, jovens, não-documentados, documentados, refugiados, fronteiras, migração sul-norte, migração sul-sul, migração familiar, migração individual, dentre tantas outras especificidades;
- 2) a complexa relação entre migração e cidadania, tanto para os indivíduos migrantes quanto para os Estados nacionais (Castro, 2001). Do ponto de vista dos migrantes, que esta cidadania contemple os direitos humanos, incluindo-se gênero, raça e etnia. Do ponto de vista dos Estados, esta cidadania envolve também as relações internacionais e interesses de Estado nas estratégias e leis migratórias;
- 3) as comunidades estrangeiras (redes) territorializadas (Feldman-Bianco, 2000) buscam criar ou manter uma identidade, o que gera xenofobias, preconceitos e intolerâncias;

-
- 4) os volumes da migração internacional serão crescentes (Fundo de População das Nações Unidas); concentrados em determinados lugares (Sassen, 1999); de longa e curta distância, predominantemente de países pobres para países ricos, entre países pobres e entre países em desenvolvimento;
 - 5) que da agenda da Segurança Nacional a migração internacional entre para o tema da Integração Regional;
 - 6) no contexto de Integração Regional, o tema das fronteiras merece um recorte específico, tanto pela diversidade da fronteira quanto pelo papel que desempenha na dinâmica local, sugerindo acordos bilaterais que sustentem e viabilizem a histórica relação entre as fronteiras internacionais;
 - 7) a migração de refugiados passa a fazer parte da política migratória internacional do Brasil, aumentando a pressão para o reassentamento de refugiados e para o acolhimento de novos contingentes;
 - 8) as organizações não-governamentais voltadas para os direitos e assistência dos migrantes – no Brasil entidades confessionais (pastorais, scalabrinianos), que conhecem desde o cotidiano desses migrantes estrangeiros até os fluxos que passam a emergir em determinados momentos;
 - 9) as restrições ao trabalhador migrante nos países de destino expõe esse contingente a exploração e más condições de vida, o que reforça a necessidade de apoio institucional;
 - 10) as remessas de recursos internacionais constituem, do ponto de vista individual, o “retorno provisório” do migrante; do ponto de vista econômico, “divisas de povos invisíveis”.
 - 11) para subsidiar a formulação de políticas de forma consistente é preciso que o país conte com um Sistema Integrado de Informações sobre Migrações Internacionais, contemplando os bancos de dados do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do CONARE.

No caso dos fluxos de emigrantes, as políticas migratórias necessitam ser pensadas considerando:

- a) políticas conjuntas com países receptores e expulsores;
- b) possibilidade de se conter na origem a “indústria da migração ilegal”;
- c) apoio consular nos países receptores;
- d) conhecimento dos fluxos migratórios e das principais questões emergentes;
- e) políticas de emprego em âmbito nacional que permita a inserção do potencial emigrante;
- f) garantia dos direitos humanos para os contingentes migrantes.

As análises aqui apresentadas indicam um primeiro esforço no sentido de se conhecer de maneira mais detalhada as distintas situações e fenômenos envolvidos no que se denomina de maneira ampla “migração internacional”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR *2004 Global refugee trends: overview of refugee populations, new arrivals, durable solutions, asylum-seekers, and other persons of concern to UNHCR*. 17 jun. 2005b. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.pdf?tbl=STATISTICS&id=42b283744>>. Acesso em: 19 ago. 2005.

ACNUR *A situação dos refugiados no mundo 1995: em busca de soluções*. Lisboa: ACNUR, 1997.

ACNUR *A situação dos refugiados no mundo 1997-98: um programa humanitário*. Lisboa: ACNUR, 1998.

ACNUR *An introduction to the international protection of refugee*. Geneve: ACNUR, 1992.

ACNUR *Background on the Executive Committee*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/excom/opendoc.htm?tbl=EXCOM&page=home&id=3b4f09fa>>. jul. 2001a. Acesso em: 20 abr. 2005.

ACNUR *Conclusões do Comitê Executivo (EXCOM)*. 1996a. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/excom.html>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twentieth meeting*. jan. 1970b. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde4>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-first meeting*. jan. 1970c. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cdec>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the nineteenth meeting*. jan. 1970a. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cda4>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. In: _____. *Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado*. Lisboa: ACNUR, 1996b. p. 60-84.

ACNUR *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*. mar. 1996c. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3b66c>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR *Executive Committee membership by date of admission of members*. abr. 2005a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi->

bin/texis/vtx/excom/opendoc.pdf?tbl=EXCOM&id=40112e984>. Acesso em: 20 abr. 2005.

ACNUR *Internally displaced persons: questions and answers*. set. 2005c. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/basics/opendoc.pdf?tbl=BASICS&id=405ef8c64>>.

ACNUR *Refugees by numbers 2005*. set. 2005d. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/basics/opendoc.htm?tbl=BASICS&id=3b028097c>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

ACNUR *States parties to the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol*. set. 2005e. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf>

ACNUR *Statistical yearbook 2000*. jun. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/>

ACNUR. *A situação dos refugiados no mundo: cinquenta* anos de ação humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

ACNUR. *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-second meeting*. jan. 1970d. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde10>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR. *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-third meeting*. jan. 1970e. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cda10>>. Acesso em: 5 maio 2005.

ACNUR. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951: Estados Partes*. 21 jul. 2000b. Disponível em: <<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instru>

ACNUR. *Definición ampliada de refugiado en América Latina: incorporación de la Declaración de Cartagena en la legislación de la región*. jul. 2004a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2541.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2005.

ACNUR. *El ACNUR informa sobre el proceso estadounidense de expulsión inmediata*. 9 mar. 2004b. Disponível em: <http://www.acnur.org/paginas/index.php?id_pag=2345>. Acesso em: 20 ago. 2005.

ACNUR. *Global report 2004*. 2004c. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/ho>

ACNUR. *Statistical yearbook 2003: trends in displacement, protection and solutions*. maio 2005f. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/statistics/opendoc.htm?tbl=STATISTIC>

ACNUR. *UNHCR's resettlement handbook*. jun. 2004d. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi->

bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3c5e55594>. Acesso em: 20 ago. 2005.

Adelman, H. (2001) *“From refugees to forced migration: The UNHCR and human security”*. *The International Migration Review*, 35 : 7 -33.

AMARAL, A. E. P. & NOGUEIRA, R. A. M. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões do retorno. In: Anais do VIII Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais – ABEP. Brasília, v.3, p.201-212, 1992.

AROUCK, Ronaldo. “Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração?”, in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

AROWOLO, O. O. Return Migration and the Problem of Reintegration. In: *International Migration*. Vol. 38 (5). P.59-82, 2000.

ASSIS, G. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ASSIS, G. *Estar aqui... Estar lá... Uma cartografia da vida entre dois lugares*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

ASSIS, G. O. Estar aqui, estar lá... O Retorno dos Emigrantes Valadarenses ou a Construção de uma Identidade Transnacional? In: *Travessia*, Ano VIII. No. 22, p.8-14, maio/agosto, 1995.

BAENINGER, Rosana. “Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA-CELADE”, in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). <http://www.iadb.org>

BASSANEZI, Maria Silvia B. Migrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: Patarra, Neide L. (org) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, 1996.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo - "Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico". BENDIXEN, Sergio. *The Remittance Process in Latin America and Brazil*, IDB Annual Meeting, 2006.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. *As Regiões Ganhadoras*. Editora Celta, 1998.

Bertrand, D. (1998) “Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach” *International Migration*, 36: 107-113.

Bessa, T; Varese, L; Zaki, N. (2005) *“Colombian refugees get chance to start anew in Brazil”* 11/03/2005. Disponível em <<http://www.unhcr.ch>>.

BINFORD (2003) *Migrant Remittances and (Under) Development in Mexico Critique of Anthropology*, Sep; 23: 305 - 336. em <http://coa.sagepub.com/cqi/reprint/23/3/305>

Black, R.(2001) “Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, *The International Migration Review*, 35: 57-78.

BONASSI, M. Canta América sem Fronteiras. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BOYD, M. “Family and Personal Networks in international migration: recent developments and new agendas”. In: *International Migration Review*, nº 23, 1990.

BOYD, M. “Female migrant labor in North America: trends and issues for the 1990s”. In SIMMONS, A. (ed.) *International migration, refugee flows and human rights in North America: the impact of trade and restructure*. Nova York. Center of migration studies, 1998.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.638-670; 1989.

Brazilian migration to Japan; trends, modalities and impact in: Population Division, 2006.

BRITO, F. “Os povos em movimento – as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo”. In PATARRA, N. L. (coord.) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas. FNUAP, 1995.

BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.12, n1/2, p.21-33, 1995.

Brown, R. (1997) “Estimating Remittances Functions for Pacific Island Migrants” *World Development*, Vol. 25, # 4, pp. 613-626.

CANALES, Alejandro e ARMAS, Israel M (2004) *Remesas e Inversión productiva em Comunidades de alta Migración a Estados Unidos. El Caso de Teocaltiche, Jalisco*. Migraciones Internacionales, Enero-julio Vol 2 N. 3 Colegio de la Frontera Norte, Tijuana México. Pp 142-172 em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/151/15102306.pdf>

CARVALHO, J. A. M. “O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 – uma tentativa de estimação”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 13, nº 1, 1996.

CARVALHO, José Alberto M. *et al.* Estimativas dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil — 1986/1991 e 1991/1996. In: CASTRO, Mary Garcia. *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.243-252.

CARVALHO, José Alberto M. Migrações internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido, Trabalho apresentado no encontro sobre Remessas, Previdência Social e Políticas Públicas, Brasília, 2004.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Paz e Terra, 1999.

-
- CASTRO, M. G. (coord.) *Mulheres latino-americanas e caribenhas na migração bibliográfica comentada*. Salvador, 1989.
- CASTRO, M. G. “Latinos nos Estados Unidos: unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América?” In: ADORNO, S. (org) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1995.
- CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais. In: CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.15-32.
- CELADE (2002), *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*, Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 541.
- CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Investigación de la Migración Internacional en América Latina, IMILA. *Boletín Demográfico*, CELADE, Santiago de Chile, ano XXII, 43., 1993.
- CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Migración Internacional en América Latina, IMILA. *Boletín Demográfico*, CELADE, Santiago de Chile, ano XXXIII, 65, 2000
- CHAMI, Ralph, C. Fullenkamp, and S. Jahjah, 2003, “Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?” International Monetary Fund Working Paper 03/189 em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp03189.pdf>.
- Chigusa, Charles Tetsuo Momentos de Reflexão : Estas nossas canções de “exílio”. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). *A Quebra dos Mitos*. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- CHIN, C. B. N. *In service and servitude: foreign female domestic workers and the Malaysian ‘modernity’ project*. Nova York. Columbia University Press, 1998.
- CONSTANT, A. & MASSEY, D. S. Return Migration y German Guestworkers: Neoclassical versus New Economics Theories. *International Migration*. Vol. 40 (4). P.5-38, 2002.
- CORTÊZ C. (1993), *Brasiguaios, os refugiados desconhecidos*, São Paulo, Brasil Agora, 218.
- CUTTI, D. “Eles vão fazer comigo o que eu fiz com meus pais” In: *Travessia*, Ano VIII. No. 22, p.37-38, maio/agosto, 1995. (Entrevista com Joaquim Heleno Costa).
- D`ANDRÉA, Luís Henrique. Choque cultural e Cotidiano. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). *A Quebra dos Mitos*. IPC Produção & Consultoria, 1994.
- DE HAAN, Arjan, Livelihoods and poverty: the role of migration - a critical review of the migration literature, in *The Journal of Development Studies*, v. 36, 2, pp. 1-47, 1999.
- DeBIAGGI, S “Mudança e crise na redefinição de papéis: as mulheres brasileiras lá fora”. In *Travessia*. São Paulo. Número especial sobre mulheres, 1996.

-
- DeBIAGGI, S. *From Minas to mass: a qualitative study os five brazilian families in Boston*. Dissertação de Mestrado defendida na Boston University, 1992.
- DIAS, J. B. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Brasília, 2000.
- DIATTA, M. A & MBOW, N. Releasing the Development Potencial of Return Migration: The Case Senegal. *International Migration*. Vol. 37 (1). P.243-266, 1999.
- DORNELAS, S. M. Migração de Retorno: o que é isso? In: *Travessia*, Ano VIII. No. 22, p.5-7, maio/agosto, 1995.
- DURAND J, Emilio Parrado e Dougla S. Massey, (1996) "Migradollars and Development: A reconsideration of the Mexican Case". *International Migration Review*, 30 (2) pp 423-444
- FAJNZYLBER Pablo e LÓPEZ J H, 2007 *Close to Home: The Development Impact of Remittances in Latin America*
- FAWCETT, J. Networks, linkages and migration systems. *International Migration Review*, v.23, n.3, p.671-680, 1989.
- FAZITO, Dimitri. *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. 2005, 204p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte.
- FLEISHER, S. R. "Cooperação e competição entre emigrantes brasileiras". In: *Travessia*. São Paulo, v. 14, nº 41, 2001.
- FLEISHER, S. R. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo. Editora Annablume, 2002.
- FOGEL R. (1990), *Los campesinos sin tierra en la frontera*, Asunción, Comité de Iglesias, 174.
- FOGEL R., RIQUELME M., eds. (2005), *Enclave sojero. Merma de soberanía y pobreza*, Asunción
- FOUCHER M. (1988), *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard, 527.
- FUSCO W. (2005), *Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*, Campinas, Tese de doutorado, IFCH 143.
- FUSCO, W. "As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, nº 1, 2002.
- FUSCO, W. *Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

FUSCO, W. *Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

FUSCO, W. *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) IFCH/UNICAMP.

FUSCO, Wilson. "Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior", trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, 2006.

FUSCO, Wilson. *Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos*. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 427-445.

GAINARD R. (1978), " Terres neuves et frontières : contrastes de mise en valeur et rapports de domination sur le Moyen Paraná ". *Etudes offertes à Louis Papy*. Bordeaux, Ceget/Msha, 67-74.

GALEANO L. (1993), " Modernización agraria y transición democrática en Paraguay ", *Revista paraguaya de sociología* 30 (87), 153-69.

GALETTI, R. *Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos*. In: PATARRA, N.L. (coord). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, FNUAP, 1995.

Glytsos, N (2001) *Determinants and effects of migrant remittances. A Survey* em *International Migration, Trends, Policies and Economic Impact* Djajić, S. Organizador. Routledge Contemporary Economic Policy Issues, London.

GONZALEZ R. Maria de la concepción (2003) *El Control de Migraciones y la Globalización de las Economías ¿Fenómenos Compatibles?* *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales* N.51, Madrid em <http://www.mtas.es/publica/revista/numeros/51/Inf05.pdf>

GOZA, F "Brazilian Immigrants in North América". In: *International Migration Review*, v. 28, nº1, 1994.

GOZA, F. "A imigração brasileira na América do Norte". In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, janeiro de 1992.

GRIECO. E. M. & BOYD, M. *Women and migration: incorporating gender into international migration theory*. Center of Study of Population. Florida State University, 1998.

GURAK, D., CACES, F. *Migration networks and the shaping of migration systems*. In: KRITZ, Mary et al. (Ed.) *International migration systems, a global approach*. Oxford: Clarendon, 1992. p.150-176.

HAESBAERT R. (1999) " Regiões transfronteiriças e migração brasileira em países do Mercosul ", VII Encontro Nacional da ANPUR-Assoc. Nac. Planej. Urbano e Regional, Porto Alegre.

Haines, D.W. (1996). " *Refugees in America in the 1990s: A Reference Handbook*" Westport, CT: Greenwood Press.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 5ª ed. 2001.

HARVEY, David - A Condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola, 1993

HIGUCHI, N. & TANNO, K. What's Driving Brasil-Japan Migration? The Making and Remaking of the Brazilian Niche in Japan. In: International Journal of Japanese Sociology, n.12, p.33-47, 2003.

<http://links.jstor.org/sici?sici=0013-0079%28198804%2936%3A3%3C465%3AMRATF%3E2.0.CO%3B2-A>

IANNI, Octávio. Globalização e diversidade. In Patarra, Neide L. (org.). Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI. Campinas, 1996.

IKEDA, Sumiko Nishitani. Linguagem, Educação e Família : A comunicação entre o Oriente e o Ocidente. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2003), *Bolivia : Características sociodemográficas de la población*, La Paz, INE, 319.

ISHI, Charles Tetsuo. O Preconceito: Quem é quem no tribunal da discriminação. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.). A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.

JORDAN, Bill e DÜVELL, John. Migration, the boundaries of equality and justice, Polity Press, Cambridge, UK, 2003.

KASHIWAZAKI, C. "japanese immigration policy: responding to conflicting pressures" in: Migration Information Source, november 2006.

KAWAMURA, L. *Para onde vão os brasileiros*. Campinas. Editora Unicamp, 1999.

KAWAMURA, Lili K Trabalho: Quem são os brasileiros que trabalham no Japão? In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.) A Quebra dos Mitos. IPC Produção & Consultoria, 1994.

KAWAMURA, Lili K. Para onde vão os brasileiros. Campinas, SP. Ed. Unicamp, 1999.

KOHLHEPP G. (1984), " Colonización y desarrollo dependiente en el Oriente paraguayo ", *Revista Geográfica* (99), 5-33.

KOHLHEPP G. (1999), " Incorporação do espaço fronteiriço do leste do Paraguai na esfera de influência brasileira ". *El espacio interior de América del Sur : geografía, historia, política, cultura*. POTTHAST, B.; KOHUT, K.KOHLHEPP, G. éds. Madrid, Iberoamericana, 205-25.

KRITZ, M. Mary; ZLOTNIK, Hania. Global interactions: migration systems, processes, and policies. In: KRITZ, Mary M.; LIM, Lin Lean; ZLOTNIK, Hania (ed.). International migration systems: a global approach. Oxford: Claredon Press, 1992. p. 1-16.

-
- Kunz, K.(1981) *“Exile and refugee theory” The International Migration Review*,15 :42 – 51.
- LAINO D. (1977), *Paraguay : fronteras y penetración brasileña*, Asunción, Cerro Corá, 227.
- LATTES, A. e LATTES, Z. Internacional Migration in Latin América: patterns, determinants and policies. In: Patarra , N (coord). *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*, FNUAP, 1997.
- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: *Population, distribution and migration*. New York : United Nations, 1998.
- LEFEBVRE H. (2000), *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 516.
- LEMOS, M.T. Mercosur: problema de inmigración – a presença boliviana e paraguaí en Brasil. *Estudios Migratorios*. Conselho da Cultura Galega, n.4, dez. 1997.
- Loescher,G. (2001) *“The UNHCR and the world politics: State interests vs. institutional autonomy” The International Migration Review*,35: 33-57
- Long,L. *et al.* (2003) *“Coming Home? Refugees, Migrants, and Those Who Stayed Behind”*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Educação, Trabalho e Migrações Internacionais: O caso dos Dekasseguis paulistas. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/UNICAMP.
- Malkii, L.(1995) “Refugees and Exile: From ‘Refugee Studies’ to the National Order of Things”, *Annual Review of Antropology*,24: 495-523 *apud* Black, R.(2001) “Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, *The International Migration Review*,35.
- Malkki, Liisa H *“Purity and exile: Violence, Memory, and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania”* Chicago U P.1995.
- MARGOLIS, M. “Women in international migration, the case of Brazilians”. In: *Analls of Changing Perspectives on women in Latin America and Caribbean*, New York University, 1992.
- MARGOLIS, M. *A new ingredient in the melting pot: Brazilians in New York City*. New Jersey. Princeton University Press, 1989.
- MARGOLIS, M. *Little Brazil: an ethnography of brazilian immigrants in New York City*. New Jersey. Princeton University Press, 1994.
- MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1994. 452p.
- MARGOLIS, Maxine. Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos. In: MARTES Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.51-72.

-
- MÁRMORA, L. Las Políticas de Migraciones Internacionales. Madrid-Buenos Aires, OIM, Alianza Editorial, 1997
- MARTES, A. C. B & SOARES, W. "Remessas de recursos dos imigrantes", Estudos avançados, vol.20 nº.57 São Paulo, 2006.
- MARTES, A. C. B "Trabalhadoras brasileiras em Boston". In: *Travessia* São Paulo. Número especial sobre mulheres, 1996.
- MARTES, A. C. B. & FLEISCHER, S. "Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*
- MARTES, A. C. B. "Novas tramas, novos dramas: o emigrante brasileiro negro nos Estados Unidos". In: *Anais da ANPOCS*, 2004.
- MARTES, A. C. B. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.
- MARTES, A. C. B. *Imigrantes brasileiros em Massachusetts*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, 1998.
- MARTES, Ana Cristina B. The Commitment of Return: Remittances of Brazilian Émigrés, 2005 (texto não-publicado).
- MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.
- Martin, S. (2002) "Averting Forced Migration in Countries in Transition", *International Migration Review*,40: 25-37.
- Martine, 1993
- MARTÍNEZ PIZARRO J. (2001), *El mapa migratorio internacional de América Latina y el Caribe : patrones, perfiles, repercusiones e incertidumbres*, Santiago de Chile, CEPAL, 28.
- MARTÍNEZ PIZARRO J. (2003), " El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género ", *Serie población y desarrollo* (44), 96.
- MARTÍNEZ PIZARRO J., VILLA M. (2002), " Tendencias y patrones de la migración internacional en América latina y el Caribe ". *Simposio sobre migraciones internacionales en las Américas, San José de Costa Rica, 4/6 sept. 2000*. Santiago de Chile, CEPAL/CELADE, 23.
- MARTINEZ,J. El mapa migratorio de America Latina y el Caribe, las mujeres y el genero. CEPAL/CELADE. Serie Población y Desarrollo, 44. Chile. 2003
- Marx,E (1990)"*The social world of Refugees: A Conceptual Framework*" *Journal of Refugee Studies*,3(3):189-203.
- MASSEY, D. et al. *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998. 362p.
- MASSEY, D. et alli. *Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millenium*. Clarendon, Press Oxford, 1993.

-
- MASSEY, Douglas S. et al. Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico. Los Angeles: University of California Press, 1987. 335p.
- MASSEY, DOUGLAS., e Emilio PARRADO (1988), "International Migration and Business Formation in Mexico", *Social Science Quarterly* 79 (1). Pp 1-20
me/asylum/est_part2.html>. Acesso em: 5 maio 2005.
- me/opensoc.pdf?id=42ad4d980&tbl=PUBL>. Acesso em: 25 ago. 2005.
- Milesi, R.; Marinucci, R (2005) *"Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena"*.
- MILESI, Rosita (org.). *Refugiados – realidade e perspectivas*, Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- MINES, R (1981) *Developing a Community Tradition of Migration to the United States* Universidad de California, San Diego (Monographs in U.S.-Mexican Studies 3)
- MITCHELL, Christopher. Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina B., FLEISCHER, Soraya (Org.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.33-50.
- MONTEIRO, J. A. R. *Estados Unidos: um retrato político das migrações internacionais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: *Geografia, Londrina*, v.10, n.1, p.89-118, jan/jun, 2001.
- NAGEL B. Y. (1991), " Socioeconomic differentiation among small cultivators on Paraguay's eastern frontier ", *Latin American Research Review* (26), 103-32.
- NAKAMURA, A. Stricter visa rules eyed foreigners of Japanese descent in: *Japan Times*, 2006 (<http://www.japantimes.co.jp/cgi-bin/nn20060719a2.html>).
- NEUPERT R. (1991), " La colonización brasileña en la frontera agrícola del Paraguay ", *Notas de Población* (51-52), 121-54.
- NICKSON R. A. (1981), " Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay ", *Latin American Studies* 13 (1), 111-31.
- NOUE, Neusa Emiko. Saúde Física e Mental: Desmitificando os problemas psicológicos. In: Chigusa, Charles Tetsuo (org.) *A Quebra dos Mitos*. IPC & Consultoria, 1994.
- OLESEN, H. Migration, Return and Development: An Institutional Perspective. *International Migration*. Vol. 40 (5). P.125-150, 2002.
- OLIVEIRA, A. C. *Bienvenido a Miami: a inserção dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América Latina*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Adriana Capuano. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão: a trajetória de uma identidade em um contexto migratório. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH / UNICAMP.

Organização das Nações Unidas (ONU). <http://www.un.org>

PALAU T. V. (1996), " Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai : o caso dos brasiguaios ". *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. PATARRA, N. L. éd. Campinas, FNUAP. 1, 200-7.

PALAU T. V., HEIKEL M. V. (1987), *Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola*, Asunción, Base/Pipsal, 333.

PAPADEMETRIOU Demetrios Philip L. MARTIN (1991). *The Unsettled Relationship: Labor Migration and Economic Development*, Greenwood Press, New York.

PATARRA, N. e BAENINGER, R. Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil. In: Pellegrino, A. (comp.) *Migración e Integración*. Ediciones Trilce, 1995.

PATARRA, N. Integração Econômica, Mercado de trabalho e Migração Internacional: o caso Mercosul. *Seminário Regional Globalización y Migraciones Internacionales en América Latina y Caribe*. Santiago de Chile, 1994.

PATARRA, N. L. & BAENINGER, R. "Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil". In: PATARRA, N. L. (coord.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas, FNUAP, 1995.

PATARRA, N.L (coord) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. FNUAP, 1996.

PATARRA, N.L. (coord). *Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI*. São Paulo, FNUAP, 1996.

PATARRA, N.L. (coord). *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*, FNUAP, 1997.

PATARRA, N.L. *Deslocamentos Populacionais e Livre Circulação de Trabalhadores: o caso do Mercosul. Relatório Final*. CNPq/NEPO-UNICAMP, 2000.

PATARRA, Neide & Baeninger, Rosana. Migração internacional recente: o caso do Brasil. In: Patarra, Neide L. (org). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, 1996.

PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. *Frontier and Migration in Mercosul: meaning, specificities and implications*. XXIV General Population Conference. IUSSP. Salvador, Brasil, 2001

PATARRA, Neide. *Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*. Estudos Avançados 57 –Dossiê Migrações, USP, 2006.

PÉBAYLE R. (1994), " Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay ", *Revue Européenne des Migrations Internationales* 10 (2), 73-86.

PELLEGRINO A. (2003), " La migración internacional en América Latina y el Caribe : tendencias y perfiles de los migrantes ", *Serie población y desarrollo* (35), 41.

-
- PELLEGRINO, A. International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues. Seminário Políticas Migratórias –ANPOCS, São Paulo, 2000.
- PESSAR, P “Engendering migration studies: the case of new immigrants in the United States”. In: *The American Behavioral Scientist*, v. 42, nº 4, 1999.
- PESSAR, P “The role of gender, households and social networks in the migration process: a review and appraisal”. In: DEWIND, J. HIRSCHAMN, C. & KASINITZ, P. (orgs) *Becoming American / America Becoming*. New York. Russel Sage Foundation, 1999.
- PESSAR, P. “The elusive enclave – Ethnicity, class and nationality among Latino Entrepreneurs in the great Washington D.C”. In: *Human Organizer Journal*, v. 54, nº 4, 1995.
- PINHEIRO, Sonoe. Relatório do Projeto Dekassegui, SEBRAE, Paraná, 2003.
- PIORE, Michael J. *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge University Press, 1979.
- PIORE, P. *Birds of Passage: migrante labor and industrial societies*. Cambridge. Cambridge University Press, 1979.
- Poirine, B. (1997) “A Theory of Remittances as an Implicit Family Loan Arrangement” *World Development*, Vol. 25, #4, 589-611
- Poll, A. P. “*Antigas e novas facetas de uma migração recente*” 2000. Disponível em <<http://www.comciencia.br>>.
- PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.1-41.
- RATHA, D (2003) Workers’ Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance Global Development finance em <http://rrojasdatabank.info/gdf2003/ch07.pdf>
- REICHERT, J (1981) *The Migration Syndrome: Seasonal U.S. Wage Labor and Rural Development in Central Mexico*”, Human Organization, 40 (1), pp 56-66
- REIS, R. R. & SALES, T. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo. Editora Boitempo, 1999.
- RIBAS, Clarilton Cardoso. Os “Dekassegui”: Uma outra face do Toyotismo. Campinas, 1998. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP.
- RIBEIRO, J. Migração Internacional África-Brasil: Angola em destaque. In: PATARRA, N.L (coord) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. FNUAP, 1996.
- Richmond, A(1993) “Reactive Migration: Sociological Perspectives on Refugee Movements” *Journal of Refugee Studies*,6 :7-24.

ROBERTS, Bryan R. Socially Expected Durations and the Economic Adjustment of Immigrants. In: *The Economic Sociology of Immigration*. Nova Yprk: Russel Sage Foundation, 1995.

ROSSINI, Rosa E. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o “Eldorado” japonês: o exemplo dos dekasseguis do Brasil em direção ao Japão. In: Patarra, Neide L. (org). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, 1996.

RUSELL, Sharon Stanton (1992), “Migrant Remittances and Development” *International Migration: Quarterly Review*, 30 (3/4), pp 267-287.

S&id=42aff7e84>. Acesso em: 25 jun. 2005.

SAKKA, D., DIKAIUO, M. & KIOSSEOGLOU, G. Return Migration: Changing Roles of Men and Women. In: *International Migration*. Vol. 37 (4). P.741-764, 1999.

SALA, Gabriela. Caracaterísticas Demográficas e Sócio-Ocupacionais dos Migrantes Nascidos nos Países do Cone Sul, Residentes no Brasil, Tese de Demografia, CEDEPLAR/UFMG, 2005.

SALES T. (1996), " Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul ", *Revista Brasileira de Estudos de População* 13 (1), 12.

SALES T. (1999), *Brasileiros longe de casa*, São Paulo, Editora Cortez

SALES T. (2006), " ONGs brasileiras em Boston ", *Estudos Avançados* 20 (57), 75-91.

SALES, T “Brasil migrante, Brasil clandestino”. In: *São Paulo em Perspectiva*, v.8, nº 1, 1994.

SALES, T *Brasileiros longe de casa*. São Paulo. Editora Cortês, 1999.

SALES, T. & LOUREIRO, M. “Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA”. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004*.

SALES, T. “Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.8, nº ½, 1991.

SALES, T. “Novos fluxos migratórios da população brasileira”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.8, nº ½, 1991.

SALES, Teresa - Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul, *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 13, n. 1, jan./jun. 1996

SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo. Ed. Cortez, 1999.

SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999. 232p.

SALES, Teresa. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.9, n.1, p.50-63, 1992.

-
- SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das migrações internacionais. In: Patarra, Neide L. (org) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. Campinas, 1996.
- SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.89-103.
- SALIM, Celso. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p.144-159.
- SANTILLO, M. Estudios e investigaciones recientes sobre migraciones internacionales en los países integrantes del Mercosur. *Seminário Regional Globalización y Migraciones Internacionales en América Latina y Caribe*. Santiago de Chile, 1994.
- SANTOS, Carlos Augusto et Alli. "Personae non grate: a imigração indocumentada no Estado do Amazonas", in CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.
- SASAKI, Elisa Massae. Dekasseguis: Trabalhadores Migrantes Nipo-Brasileiros no Japão. Campinas, SP. Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 2000.
- SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo : Ed. Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. *The Mobility of Labor and Capital*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- SASSEN, S. *The Mobility of Labor and Capital*. Nova York. Cambridge University Press, 1979.
- SASSEN, Saskia Immigration and local labor markets. In: PORTES, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, 1995. p.87-127.
- SAYAD, A. "Retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante". In: *Travessia*. São Paulo. Ano XIII, número especial, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, número especial, jan./2000.
- SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. In. *Travessia: Revista do Migrante – S.P.* Ano XIII, nº. especial, janeiro/2000.
- SCOTT, P.S Cartas, Dinheiro e Passeios – Contatos de Migrantes com a casa de origem. In: Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. São Paulo, Águas de São Pedro, v.3, p.1619-1638, 1984.
- SCOTT, P.S O Retorno ao Nordeste – Refugo, Família e Reprodução. In: Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. São Paulo, Águas de São Pedro, v.2, p.655-698, 1986.

-
- SCOTT, P.S. Estratégias Familiares de Emigração e Retorno no Nordeste. In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p. 23-27, maio/agosto, 1995.
- SELA (2004) Current trends in migrants' remittances in Latin America and the Caribbean: An valuation of their social and economic importance *Regional Seminar "Migrants' remittances: An alternative for Latin America and the Caribbean?" Caracas, Venezuela 26 and 27 July 2004 SP/SRRM-UAALC/Di Nº 3/Rev. 1 SELA/CAF*
- SELA (2005) Migraciones y remesas en América Latina y el Caribe: Los flujos intrarregionales y las determinantes macroeconómicas XXI Reunión Ordinaria del Consejo Latinoamericano
- SILVA (DA) S. A. (1997), *Costurando sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, São Paulo, Paulinas
- SILVA (DA) S. A. (2003), *Virgem/Mãe/Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 263.
- SILVA (DA) S. A. (2006), " Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade ", *Estudos Avançados* 20 (57), 157-70.
- SILVA, S. & CUTTI, D. "Eu morria de saudade de ver as quaresmeiras". . In: Travessia, Ano VIII. No. 22, p. 28-36, maio/agosto, 1995.
- SILVA, S. Migrantes Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo, FNUAP, 1995.
- SOARES, W. *Imigrantes e Investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- SOARES, Weber. Da metáfora à substância: Redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de doutorado em Demografia, UFMG, 2002.
- SOUCHAUD S. (2002), *Pionniers brésiliens au Paraguay*, Paris, Karthala, 406.
- SOUCHAUD S. (2005), " Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y complejo de la soja : una orgnaización del territorio al estilo brasileño ". *Enclave sojero. Merma de soberanía y pobreza*. FOGEL, R. RIQUELME, M. éds. Asunción, 15-34.
- SPRANDEL M. A. (1991), " Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul ", *Travessia : Revista do Migrante* 4 (11), 9-13.
- SPRANDEL M. A. (2006), " Brasileiros na fronteira com o Paraguai ", *Estudos Avançados* 20 (57), 137-55.
- SPRANDEL, M. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais. Editora Vozes, 1998.
- STADNIKY, H. P. & PINTO, M. E. B. Contribuição ao estudo da presença nipo-brasileira no norte novo de Maringá. In: DIAS, R. B. & GONÇALVES, J. H. R. (orgs).

Maringá e o norte do Paraná: estudos de História Regional. Maringá, Ed. UEM, p. 239-254, 2001.

STARK O e R.e.b LUCAS (1988) "Migration, Remittances and the Family" *Economic Development and cultural change*, 36: 465-481 em

SVASEK, M. Narratives of "home" and "homeland": the symbolic construction and appropriation of the Sudeten German Heimat. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. N.9 p.495-518, 2002.

taxis/vtx/statistics/.opendoc.pdf?tbl=STATISTICS&id=3d4e7bec5>. Acesso em: 25 nov. 2005.

TILLY, C. *Reconsidered Transplanted Networks*. In: MAC-LAUGHLIN, Y. V. *Immigration*. New Oxford University, 1990.

TILLY, Charles. *Transplanted Networks*. In: YANS-Mc LAUGHLIN, Virginia (ed.), *Immigration Reconsidered*. Oxford, Oxford University Press, 1990, p. 79-95.

UNHCR "*Reconciling Migration Control and Refugee Protection in the European Union: a UNHCR Perspective*." Geneva: UNHCR. 2000.

VAINER, Carlos. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.177-184.

VILLA, M. e MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe. *Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas*. OIM/CEPAI-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

WIEST, R (1984) External Dependency and Perpetuation of Temporary Migration to the United States em Richard c. Jones (ed). *Patterns of Undocumented Migration: Mexico and United States* Rowman & Allanheld, Totowa, Estados Unidos.

XXXI Reunión del Consejo Latinoamericano Caracas, Venezuela 1 al 23 de noviembre de 2005 em http://www.sela.org/public_html/AA2K5/ESP/consejo/Di9.pdf

Zetter, R. "*Refugee and refugee studies: a label and an agenda*" *Journal of Refugee Studies*, 1: 1-6.

Zolberg, A. R.; Benda, P. M. "*Global Migrants, Global Refugees: Problems and solutions*" New York and Oxford: Berghahn. 2001.

ZOOMERS E. B., KLEINPENNING J. M. G. (1990), " Colonización interna y desarrollo rural : el caso del Paraguay ", *Revista Geográfica, I.P.G.H* (112), 109-25.

Bibliografia Básica: textos do relatório anterior

Brasileiros nos Estados Unidos: um diagnóstico de 20 anos de fluxo migratório –
Roberta Peres Guimarães

Diagnóstico das Migrações Internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia – Sylvan
Souchaud e Wilson Fusco

Migrações Internacionais e Remessas: primeiras evidências do caso brasileiro –
Maurício Bueno e Rosana Baeninger

*Movimento Dekassegui ontem, hoje e amanhã: análises, reflexões e perspectivas
futuras* – Fábio Hirano

O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais na América Latina – Rosana
Baeninger

Refugiados e Políticas Públicas: considerações, avanços e perspectivas – Juliana
Arantes Dominguez e Rosana Baeninger

Situação das Migrações Internacionais do Brasil Contemporâneo – Dimitri Fazito